

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto Operacional

A Vale S.A. ("Vale" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Av. Graça Aranha, 26 - Centro, estado do Rio de Janeiro, Brasil e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo ("BM&F BOVESPA"), de Nova York ("NYSE"), de Paris ("NYSE Euronext") e de Hong Kong ("HKEx").

A Vale e suas controladas diretas e indiretas ("Grupo" ou "Companhia") têm como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atuam nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

As principais controladas operacionais consolidadas 31 de dezembro de 2012 são:

Controladas:	% de participação	% de capital votante	Localização da sede	Atividade principal
Compañia Minera Miski Mayo S.A.C	40,00	51,00	Peru	Fertilizantes
Ferrovia Centro-Atlântica S. A.	99,99	99,99	Brasil	Logística
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00	100,00	Brasil	Logística
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	100,00	100,00	Brasil	Minério de Ferro e Manganês
PT Vale Indonesia Tbk	59,20	59,20	Indonésia	Níquel
Sociedad Contractual Minera Tres Valles	90,00	90,00	Chile	Cobre
Vale Australia Pty Ltd.	100,00	100,00	Austrália	Carvão
Vale Canada Limited	100,00	100,00	Canadá	Níquel
Vale Fertilizantes S.A.	100,00	100,00	Brasil	Fertilizantes
Vale International Holdings GMBH	100,00	100,00	Áustria	Holding e Pesquisa
Vale International S.A.	100,00	100,00	Suíça	Holding e Trading
Vale Manganês S.A.	100,00	100,00	Brasil	Manganês e Ferroligas
Vale Mina do Azul S.A.	100,00	100,00	Brasil	Manganês
Vale Moçambique S.A.	95,00	95,00	Moçambique	Carvão
Vale Nouvelle-Calédonie SAS	80,50	80,50	Nova Caledônia	Níquel
Vale Oman Pelletizing Company LLC	70,00	70,00	Omã	Pelotização
Vale Shipping Holding PTE Ltd.	100,00	100,00	Singapura	Logística

O conselho de administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 27 de fevereiro de 2013.

2 - Sumário das Principais Práticas e Estimativas Contábeis

a) Bases da apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

No caso da Vale, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas, controladas em conjunto e coligadas, enquanto conforme as regras do IFRS seriam ao custo ou ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo contra o resultado do exercício.

Para determinados contratos, a Companhia assume os riscos relacionados com o transporte dos produtos e negocia o preço do frete diretamente para o cliente. No entanto, para estes contratos, em 2011 e 2010, a parte principal do frete relacionado ao CFR (termo internacional para custo e frete) de minério de ferro e pelotas, foi registrada como se a Vale fosse um agente da operação, resultando na apresentação das receitas líquidas de frete. A Vale revisou a demonstração do resultado de 2011 e 2010 para refletir adequadamente a receita de tais vendas pelo valor total cobrado aos clientes. Como consequência apresentou os custos de frete relacionados a esta operação como custo do produto vendido e, portanto, aumentou as receitas de vendas de minério de ferro e

pelotas de 2011 no montante de R\$3.275 (R\$3.054 em 2010), com o correspondente aumento no custo de minérios e metais vendidos. A revisão não resultou em quaisquer outras alterações na demonstração do resultado.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada entidade do Grupo são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua (moeda funcional), que no caso da Controladora é o Real ("R\$"). Para fins de apresentação no Brasil, as demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em reais.

As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício dos ativos e passivos monetários em outras moedas são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

Em 2011, com base na avaliação dos negócios da entidade, a controlada Vale International teve sua moeda funcional alterada de reais para dólares norte-americanos. Esta mudança não provocou efeitos significativos nas demonstrações contábeis apresentadas.

As cotações das principais moedas que impactam nossas operações em relação à moeda de apresentação foram:

	Cotações utilizadas para conversões em reais	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Dólar Norte-Americano ("US\$" ou "USD")	2,0435	1,8683
Dólar Canadense ("CAD")	2,0546	1,8313
Dólar Australiano ("AUD")	2,1197	1,9092
Euro ("EUR" ou "€")	2,6954	2,4165

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidas no resultado como ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, tais como, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas no patrimônio líquido na rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Nas entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que, por sua relevância, são convertidas pela taxa da data da operação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, sob o título de Ajuste Acumulados de Conversão.

c) Consolidação e investimentos

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos dos ativos e passivos e as transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas. Subsidiárias cujo controle foi obtido através de outros instrumentos, como acordo de acionistas, são também consolidadas mesmo que a Companhia não detenha a maioria do capital volante.

Para empresas coligadas, entidades em que a Companhia possua influência significativa, mas não controle, e entidades controladas em conjunto, os investimentos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia.

A Vale avalia o saldo dos seus investimentos em relação ao valor de mercado das ações, quando disponível. Se o valor de mercado for menor que o valor contábil dos investimentos, e a redução for sazonal, a Companhia realiza o ajuste do valor do investimento até o valor de realização cotado no mercado.

Nas participações em projetos conjuntos (ex: contratos de consórcio), ativos, passivos e transações desses empreendimentos são reconhecidos na proporção detida pela Vale.

A Companhia passou a registrar seus investimentos em entidades de controle compartilhado pelo método de equivalência patrimonial a partir de 1º de janeiro de 2012. O quadro abaixo sumariza o efeito no exercício comparativo:

	31 de dezembro de 2011		
Balanco Patrimonial	Saldo com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.458	(865)	6.593
Outros	34.637	(1.079)	33.558
	42.095	(1.944)	40.151
Não circulante			
Investimentos	10.917	4.067	14.984
Imobilizado e intangíveis	177.857	(6.213)	171.644
Outros	10.913	(603)	10.310
	199.687	(2.749)	196.938
Total do ativo	241.782	(4.693)	237.089
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	9.157	(306)	8.851
Empréstimos e financiamentos	3.872	(1.025)	2.847
Outros	9.196	(209)	8.987
	22.225	(1.540)	20.685
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	42.753	(2.528)	40.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.773	(159)	10.614
Outros	19.340	(456)	18.884
	72.866	(3.143)	69.723
Patrimônio líquido			
Capital social	75.000	-	75.000
Participações dos acionistas não controladores	3.215	(10)	3.205
Outros	68.476	-	68.476
	146.691	(10)	146.681
Total do passivo e patrimônio líquido	241.782	(4.693)	237.089

	31 de dezembro de 2011		
Resultado	Saldo com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
Receita de vendas, líquida	106.470	(4.451)	102.019
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(437.64)	1.313	(42.451)
Lucro bruto	62.706	(3.138)	59.568
Receitas (despesas) operacionais	(9.567)	416	(9.151)
Resultado financeiro líquido	(6.623)	271	(6.352)
Resultado de participações societárias	(51)	1.908	1.857
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição Social	46.465	(543)	45.922
Imposto de renda e contribuição social	(9.065)	551	(8.514)
Lucro líquido do exercício	37.400	8	37.408
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	414	(8)	406
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	37.814	-	37.814

d) Combinação de negócios

Quando a Companhia adquire controle de uma entidade, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos e a participação dos acionistas não controladores são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição.

A diferença líquida positiva entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("*goodwill*"), que é atribuído a cada unidade geradora de caixa adquirida.

e) Informações por segmento e área geográfica

A Companhia divulga informações por segmento de negócio operacional consolidado e receitas por área geográfica consolidadas, de acordo com os princípios e conceitos utilizados pelos tomadores de decisão na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento como segue:

Bulk Material – Compreende a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como o transporte, incluindo ferrovias, portos, terminais e embarcações, vinculados às operações de mineração. O minério de manganês, ferroligas e carvão também estão incluídos neste segmento.

Metais básicos – Compreende a produção de minerais não ferrosos, incluindo as operações de níquel (coprodutos e subprodutos), cobre e investimentos em coligadas de alumínio.

Fertilizantes – Compreende três importantes grupos de nutrientes: potássio, fosfato e nitrogênio.

Serviços de Logística – Compreende os sistemas de transporte de cargas para terceiros divididos em serviços de transporte ferroviário, portuários e marítimo.

Outros – compreendem as vendas e custos de outros produtos e investimentos em *joint ventures* e coligadas de outros negócios.

f) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Vale classifica ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

g) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos a curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancário e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata ou vencimento original em até três meses e risco insignificante de variação no valor justo. Os demais investimentos, com vencimentos originais superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo.

h) Contas a receber de clientes

Representam os valores a receber pela venda de produtos e prestação de serviços efetuados pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

i) Ativos financeiros

A Companhia classifica os ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – são registrados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo.
- **Empréstimos e recebíveis** – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Disponíveis para vendas** – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com segurança o seu valor justo, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas não recuperáveis.

j) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de extração e produção e o valor realizável líquido. O custo de produção de estoques é determinado pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a produção, utilizando o método de custo médio. Quando aplicável, uma estimativa de perdas com estoques obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida.

Pilhas de minério são contabilizadas como processadas quando o minério é extraído da mina. O custo do produto acabado é composto de depreciação e todo o custo direto necessário para converter pilhas de minério em produtos acabados.

k) Ativos mantidos para a venda

Os ativos líquidos mantidos para venda vinculados a operações descontinuadas são registrados no circulante, separados dos outros ativos circulantes, sendo avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

l) Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério

O custo de estéril (custos associados à remoção de estéril e outros resíduos) incorrido durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, é capitalizado como parte do custo depreciável do ativo em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina, baseado nas reservas provadas e prováveis.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

m) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis geradores de benefícios econômicos futuros são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, sendo testados, no mínimo, anualmente quanto a sua recuperação (teste de *impairment*).

Nos casos das ferrovias, onde a Companhia é concessionária, estão registrados nesta rubrica os bens adquiridos, vinculados às atividades de concessão de prestação de serviços públicos (bens reversíveis), que ao término do período de concessão serão devolvidos ao poder concedente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio.

n) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está registrado contabilmente ao custo de aquisição ou produção. O custo dos ativos inclui os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis à aquisição, depreciação e exaustão, e perdas por não recuperação do ativo.

Os bens são depreciados e/ou exauridos pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. A exaustão das jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis.

A depreciação e exaustão dos ativos da Companhia estão representadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imóveis	20 anos a 50 anos
Instalações	20 anos a 33 anos
Equipamentos	10 anos a 33 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Ativos minerários	2 anos a 33 anos
Locomotivas	25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	25 anos
Navios	5 anos a 20 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes (ex.: navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

o) Participação dos acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participação dos acionistas não controladores como operações com proprietários de ativos da entidade. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o controle da Companhia cessa, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos no patrimônio líquido na conta de resultados de operações com acionistas não controladores, relativos àquela entidade são contabilizados como se a entidade tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em resultados de operações com acionistas não controladores são reclassificados no resultado.

p) Redução de valor recuperável de ativos ("Impairment")

A Companhia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetiva de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração, quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (unidade geradora de caixa), é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados, e se identificados à necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Para investimentos em coligadas com ações negociadas em bolsa, a Vale avalia recuperabilidade dos ativos, quando há declínio prolongado ou significativo no valor de mercado. O saldo dos seus investimentos em relação ao valor de mercado das ações, quando disponível. Se o valor de mercado for menor que o valor contábil dos investimentos, e a redução for sazonal, a Companhia realiza o ajuste do valor do investimento até o valor de realização cotado no mercado.

A Companhia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados, levando em consideração reservas e recursos minerais calculados por especialistas internos, custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados, preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade (consumo das reservas no caso das unidades minerais) e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Independentemente da indicação de *impairment* de seu valor contábil, saldos de ágio decorrente de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

q) Gastos com estudos e pesquisas minerais

i. Gastos com pesquisas minerais

Gastos com pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como custos de desenvolvimento de minas.

ii. Gastos com estudo de viabilidade, novas tecnologias e outras pesquisas

Vale também realiza estudo de viabilidade para muitos outros negócios que operam e pesquisam novas tecnologias para otimizar os processos de mineração. Depois de comprovada a viabilidade econômica, os gastos incorridos são capitalizados.

r) Arrendamento mercantil ("Lease")

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento financeiro ou operacional, com base na substância da operação contratada estar ou não vinculada à aquisição substancial dos riscos e benefícios advindos dos ativos ao longo de sua vida útil.

Nos contratos de arrendamento financeiro, o menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é registrado no ativo imobilizado com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo. Nos arrendamentos operacionais, os pagamentos efetuados são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato como custo ou despesa no resultado.

s) Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

t) Empréstimo e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Instrumentos financeiros compostos possuem componentes de passivo financeiro (dívidas) e de patrimônio líquido. O componente de passivo é reconhecido inicialmente a valor justo, determinado com base no fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente de patrimônio líquido é reconhecido pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão dos títulos. Após o reconhecimento inicial, o componente de patrimônio líquido não é mensurado novamente, até o momento de sua conversão.

u) Provisão

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisão com obrigações de desmobilização de ativos

A provisão realizada pela Companhia refere-se, basicamente, aos custos para fechamento de mina, com a finalização das atividades minerárias e desativação dos ativos vinculados à mina. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida em um item do ativo imobilizado principal. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo atualizada e registrado contra o resultado do exercício, na despesa financeira. O ativo é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal e registrado contra o resultado do exercício.

v) Benefícios a empregados

i. Benefício de curto prazo – salários, férias e encargos incidentes.

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

ii. Benefício de curto prazo – participação no resultado

A Companhia adota a política de participação nos resultados tendo como base, o cumprimento de metas de desempenho individual e da Companhia. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A contrapartida da provisão é registrada como custo de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

iii. Benefício de longo prazo – incentivo de longo prazo

A Companhia estabeleceu mecanismos de premiação para seus executivos, elegíveis seguindo critérios internos (plano *Matching* e plano de incentivo de longo prazo - ILP), com o objetivo de incentivar a permanência e o desempenho dos mesmos. O plano *Matching* estabelece que estes executivos elegíveis possam vincular ao plano uma quantidade determinada de ações preferenciais classe A da Vale, de sua propriedade, e farão jus, ao final de três anos, a um prêmio em dinheiro correspondente ao valor de

mercado do lote de ações vinculadas pelos executivos, desde que mantidas em sua integralidade sob propriedade dos executivos em todo o decorrer do período. Assim como o plano Matching, o ILP prevê ao final de três anos o pagamento em espécie do valor equivalente a um determinado número de ações baseado na avaliação de carreira dos executivos e fatores de desempenho da Companhia em relação a um grupo de empresas de porte similar. As obrigações são medidas, em cada data de divulgação, a valor justo, baseado em cotações de mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos no resultado durante os três anos definidos como período aquisitivo.

iv. Benefício de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia mantém diversos planos de aposentadoria para seus funcionários.

Para os planos de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a estes planos.

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. Os ganhos e perdas atuariais são apontados e controlados pelo método do corredor. Este método consiste em diferir os valores que ultrapassam os limites de 10% do montante de ativos ou passivos, dentre os dois, o maior, amortizando com base na expectativa de vida remanescente dos participantes ativos do plano. Para planos sem participantes ativos, o excedente é reconhecido integralmente no resultado. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit. Para os planos com posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos no resultado do exercício, segundo o método do corredor.

w) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado.

x) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente.

A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por entidade do grupo com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

y) Participação dos acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participação dos acionistas não controladores como operações com proprietários de ativos da entidade. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o controle da Companhia cessa, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos no patrimônio líquido na conta de resultados de operações com acionistas não controladores, relativos àquela entidade são contabilizados como se a entidade tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em resultados de operações com acionistas não controladores são reclassificados no resultado.

z) Capital social

A Companhia, periodicamente pratica a recompra de ações para permanecerem em tesouraria para uma futura alienação ou cancelamento. Estas ações são reconhecidas em conta específica como redutoras do patrimônio líquido ao valor de aquisição e mantidas ao valor de custo da operação. Esses programas são aprovados pelo Conselho de Administração com prazo e quantidades, por tipo de ações, determinados.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

aa) Receita

A receita é reconhecida quando a Vale transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significantes referente a propriedade do produto vendido e do serviço prestado. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na extensão da probabilidade dos benefícios econômicos fluírem para a Vale e os custos puderem ser mensurados razoavelmente.

Na maioria dos casos, a receita de venda é reconhecida quando o produto é enviado ao destino especificado pelo cliente. Este é um caso típico de transporte ao porto de destino sobre as premissas do cliente (ex: CIF). Todavia, quando o modelo de transporte negociado transferir os riscos e benefícios sobre o produto ao cliente no embarque, a receita é reconhecida naquele momento.

Em alguns casos, o preço de venda é determinado de forma provisória na data da venda. Isso ocorre quando o preço final praticado está sujeito a cláusulas de reajuste contratuais até a data de fixação do preço final. Receitas provenientes da venda são reconhecidas provisoriamente, quando os riscos e benefícios da propriedade são transferidos para o cliente e a receita pode ser mensurada de forma confiável. Nesta data, o valor da receita a ser reconhecido é estimado com base no preço futuro do produto vendido.

Valores faturados aos clientes correspondem a frete dos produtos comercializados pela Companhia são reconhecidos como receita, quando essa é responsável pelo transporte. Os custos de frete são reconhecidos como custos operacionais.

bb) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas contabilmente ao valor justo quando a Companhia cumpre com razoável segurança as condições estabelecidas pelo governo. São registradas contabilmente no resultado, como redução do tributo ou despesa, de acordo com a natureza do item e na reserva de lucros, no patrimônio líquido, quando da destinação do resultado. Os ajustes entre o preço final e o provisório são reconhecidos como receita desses produtos.

cc) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, deduzido da remuneração dos detentores de títulos patrimoniais, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria).

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

dd) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua DVA, consolidada e da controladora, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas e são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. Para as práticas internacionais, pelo IFRS, são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

ee) Juros sobre o capital próprio (dividendos)

A Vale pode distribuir juros sobre o capital próprio. O cálculo é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira.

O benefício para Vale, em contraposição ao um pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. O imposto de renda de 15% é retido na fonte em nome dos acionistas em relação à distribuição dos juros. Segundo a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio é considerado como parte do dividendo mínimo anual (nota 24 f). Esta distribuição de juros nominais é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

a) Reservas minerais e vida útil das minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

b) Desmobilização de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, conforme (nota 2u). A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporárias em seus demonstrativos contábeis consolidados e da controladora. É registrada uma provisão para perda de ativos fiscais quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de

parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

d) Provisões para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal nas jurisdições que a Companhia opera, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

e) Benefícios pós-aposentadoria dos empregados

Os valores registrados nesta rubrica dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, para determinação dos custos e passivos, entre outros. Uma das premissas utilizadas na determinação do valor a ser registrado contabilmente é a taxa de juros para desconto e atualização. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os registros contábeis efetuados.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, as premissas que devem ser utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para as atualizações e descontos a valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e determinação dos valores futuros de saídas de caixa estimadas, necessárias para liquidação das obrigações com os planos de pensão.

f) Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia testa anualmente a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis segregados por unidade geradora de caixa, usualmente utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

g) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Vale usa seu julgamento para escolher os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferente da estimativa da Administração está apresentada na nota 25(d) no tópico análise de sensibilidade.

4. Pronunciamentos Contábeis

A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS com base nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e referendados pela CVM. Os pronunciamentos emitidos pelo IASB, com adoção exigida para exercícios findos após 31 de dezembro de 2012 e ainda não referendados pela CVM, não serão adotados antecipadamente pela Companhia.

a) Pronunciamentos, interpretações, orientações ou revisões aprovadas pela CVM para adoção anterior a 31 de dezembro de 2012

Considerando a opção dada pelo pronunciamento CPC 19(R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), emitido em 4 de agosto de 2011 e antecipando os reflexos do CPC 18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (correlato ao IFRS 11), a Companhia, para fins das demonstrações consolidadas, deixou de apresentar sua participação em controladas de controle compartilhado pelo método de consolidação proporcional e optou por apresentar o seu investimento nestas entidades usando o método de equivalência patrimonial no exercício de 2012.

Com o objetivo de representar a nova política como se sempre tivesse sido adotada, aplicamos retrospectivamente as alterações, ajustando os saldos de abertura dos períodos comparativos.

b) Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB para adoção posterior a 31 de dezembro de 2012

Investment Entities – Em outubro de 2012 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IFRS 10 – *Consolidated Financial Statements*, IFRS 12 – *Disclosure Of Interests In Other Entities* e IAS 27 – *Separate Financial Statements*, que, dentre outros itens, define o conceito de entidade de investimento e introduz uma exceção para a consolidação de subsidiárias específicas para entidades de investimento. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de janeiro de 2014 e a Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações.

Consolidated Financial Statements, Joint Arrangements and Disclosure of Interests in Other Entities: Transition Guidance – Em junho de 2012 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IFRS 10 – *Consolidated Financial Statements*, IFRS 11 – *Joint Arrangements* e IFRS 12 – *Disclosure Of Interests In Other Entities*, que, dentre outros itens, esclarece questões sobre a data de adoção do IFRS 10 e os aspectos referentes à apresentação de informações comparativas do IFRS 11 e IFRS 12. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013, e a Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

Annual Improvements to IFRSs – Em maio de 2012 o IASB emitiu as atualizações anuais consolidadas, para o exercício de 2012. As atualizações representam alterações não urgentes, mas necessárias, aos pronunciamentos em geral. Os pronunciamentos afetados foram: IFRS 1 – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*, IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, IAS 32 – *Financial Instruments: Presentation* e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities – Em dezembro de 2011 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IAS 32 – *Financial Instruments: Presentation* que atualiza o guia de aplicação deste pronunciamento a cerca do reconhecimento de ativos e passivos financeiros de forma bruta e líquida. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de janeiro de 2014 e a Vale ainda está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações contábeis.

Mandatory Effective Date and Transition Disclosures – Em dezembro de 2011 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IFRS 9 – *Financial Instruments* e IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures* que posterga a data inicial de adoção das IFRS 9 e das atualizações ocorridas na IFRS 7 de 1º de janeiro de 2013 para 1º de janeiro de 2015. A Vale não espera que esta alteração produza impacto relevante à suas demonstrações contábeis.

IFRIC 20 - Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine – Em outubro de 2011 o IASB emitiu a interpretação IFRIC 20 que define regras para a mensuração e o reconhecimento dos custos de remoção de estéril de mina de superfície nas fases de desenvolvimento e produção. A adoção desta interpretação será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Vale não espera que esta interpretação produza impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

IAS 19 - Employee Benefits – Em junho de 2011 o IASB reemitiu o pronunciamento IAS 19 sobre benefício a empregados. Dentre as alterações apresentadas, destacamos como as mais significantes: (i) a exclusão da possibilidade de utilização do “método do corredor” – que permitia que os ganhos e perdas atuariais até um limite de 10% do valor presente da obrigação de benefício definido ou do valor justo dos ativos do plano, dentre os dois, o maior, pudessem ser apropriados ao resultado pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano; (ii) o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais nos Outros Resultados Abrangentes e; (iii) as despesa e receita financeira do plano passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. A adoção deste pronunciamento será requerida a partir de 1º de junho de 2013. A Vale está quantificando impacto nas suas demonstrações contábeis.

IFRS 10 - Consolidated Financial Statements – Em maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 10 sobre demonstrações consolidadas, que dentre outras mudanças, cria um pronunciamento específico para as demonstrações consolidadas, determina que as empresas de controle compartilhado não mais serão consolidadas, esclarece os aspectos relacionados a definição de controle e influência significativa e elimina conflitos entre este pronunciamento, o IAS 28 e o IAS 27. A adoção do pronunciamento será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013 e Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures – Em maio de 2011 o IASB reemitiu o pronunciamento IAS 28 sobre investimentos empresas coligadas, que dentre outras mudanças, equipara as empresas de controle compartilhado às empresas coligadas e determina que o investimento em ambas seja mensurado pelo método de equivalência patrimonial. A adoção do pronunciamento será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013 e Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

IAS 27 - Separate Financial Statements – Em maio de 2011 o IASB reemitiu o pronunciamento IAS 27 sobre demonstrações contábeis separadas, que permanece regulando somente as demonstrações separadas e reflete as atualizações introduzidas pelo IFRS 10 e o IAS 28, que são pertinentes as demonstrações separadas. A adoção do pronunciamento será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

IFRS 11 – Joint Arrangements – Em maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 11 sobre contratos em conjunto, que regula a mensuração, o reconhecimento e a apresentação dos contratos e acordos de operação em conjunto, de forma específica para os casos em que não se constituam entidades. A adoção do pronunciamento será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013 e Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

IFRS 12 – Disclosure of Interests in Other Entities – Em maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 12 sobre investimentos em entidades, que determina, de forma geral, o tratamento contábil para os investimentos em outras entidades, fazendo referências ao IFRS 10, IFRS 11, IAS 28 e IAS 27. A adoção do pronunciamento será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013 e Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

IFRS 13 – Fair Value Measurement – Em maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 13 sobre a mensuração de valor justo que define o conceito de valor justo de forma ampla a ser aplicado em todos os casos em que o mesmo seja requerido, e apresenta regras específicas de divulgação para o valor justo. A adoção do pronunciamento será requerida a partir de 1º de janeiro de 2013 e Vale não espera que estas atualizações produzam impactos relevantes à suas demonstrações contábeis.

IFRS 9 – Financial Instruments – Em outubro de 2010 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que dentre outras coisas, altera e simplifica os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de ativos não financeiros. Após atualização em dezembro de 2011, a adoção do pronunciamento será requerida a partir de 1º de janeiro de 2015 e Vale ainda está analisando possíveis impactos referentes esta atualização em suas demonstrações contábeis.

Todos os pronunciamentos, interpretações e atualizações acima possuem correlatos CPCs que foram emitidos e aprovados, ou estão em vias de emissão e aprovação, pela CVM, com mesmas datas de adoção.

c) Pronunciamentos, interpretações, orientações ou revisões aprovadas pela CVM para adoção posterior a 31 de dezembro de 2012

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo – Em dezembro de 2012 a CVM aprovou o pronunciamento CPC 46, substancialmente correlacionado ao IFRS 13.

CPC 36(R3) - Demonstrações Consolidadas – Em dezembro de 2012 a CVM aprovou as revisões ao pronunciamento CPC 36, tornando-o substancialmente correlacionado ao IFRS 10.

CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades – Em dezembro de 2012 a CVM aprovou o pronunciamento CPC 45, substancialmente correlacionado ao IFRS 12.

CPC 18(R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Em dezembro de 2012 a CVM aprovou as revisões ao pronunciamento CPC 18, tornando-o substancialmente correlacionado ao IAS 28.

CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados – Em dezembro de 2012 a CVM aprovou as revisões ao pronunciamento CPC 33, tornando-o substancialmente correlacionado ao IAS 19.

CPC 19(R2) – Negócios em Conjunto – Em novembro de 2012 a CVM aprovou as revisões ao pronunciamento CPC 19, tornando-o substancialmente correlacionado ao IFRS 11.

5 Gestão de Riscos

A Vale entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), e aqueles oriundos do risco de liquidez, dentre outros.

a) Política de Gestão de Risco

O Conselho de Administração da Vale estabeleceu a política de gestão de risco corporativo com o objetivo de apoiar o plano de crescimento, o planejamento estratégico e a continuidade dos negócios da Companhia, fortalecer sua estrutura de capital e gestão de ativos, garantir flexibilidade e solidez na gestão financeira e fortalecer suas práticas de governança corporativa.

A política de gestão de risco corporativo determina que a Vale mensure e monitore seu risco corporativo de forma consolidada, com o objetivo de garantir que o nível total de risco corporativo da Companhia permaneça alinhado às diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos, criado pelo Conselho de Administração, é responsável por apoiar a Diretoria Executiva nas análises de risco e emitir pareceres referentes à gestão de riscos da Companhia. É responsável também pela supervisão e revisão dos princípios e instrumentos de gestão de risco corporativo.

A Diretoria Executiva é responsável por aprovar os desdobramentos da política em normas, regras e responsabilidades e por informar ao Conselho de Administração sobre estes procedimentos.

As normas e instruções de gestão de riscos complementam a política de gestão de risco corporativo e definem práticas, processos, controles, papéis e responsabilidades na Companhia no que se refere à gestão de risco.

A Companhia pode, quando necessário, alocar limites de risco específico às atividades gerenciais que deles necessitem, incluindo, mas não se limitando a, limites de risco de mercado, de crédito corporativo e soberano, de acordo com o limite aceitável de risco corporativo.

b) Gestão de Risco de Liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Vale não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, a Vale possui linhas de crédito rotativo para auxiliar na gestão da liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital. A linha de crédito rotativo hoje disponível foi contratada junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais.

c) Gestão de Risco de Crédito

O risco de crédito da Vale decorre de potenciais impactos negativos no seu fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Para fins de gerenciamento deste tipo de risco, a Vale mantém procedimentos e processos como o controle de limites de crédito, a obrigatoriedade de diversificação da exposição em diferentes contrapartes e o acompanhamento do risco das carteiras de crédito.

As contrapartes da Vale podem ser divididas em três categorias: os clientes, responsáveis pelas obrigações representadas pelos recebíveis referentes às vendas a prazo; as instituições financeiras com as quais a Vale mantém seus investimentos de caixa ou contrata transações com derivativos; e os fornecedores de equipamentos, produtos e serviços, em casos de antecipação de pagamento.

• Gestão de Risco de Crédito Comercial

Para o risco de crédito comercial, proveniente das vendas de produtos e serviços a clientes finais, o departamento de gestão de risco, de acordo com a delegação vigente, aprova ou solicita aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte. Além disso, a Diretoria Executiva estabelece anualmente limites globais de risco de crédito comercial para o portfólio de clientes. O limite global aprovado e o custo de capital de giro embutido neste limite são monitorados mensalmente.

A Vale atribui uma classificação de risco de crédito para cada cliente utilizando como base uma metodologia quantitativa própria para a análise de risco de crédito, a partir de três fontes principais de informações: (i) a probabilidade de default estimada (*"Expected Default Frequency"* ou "EDF") fornecida pelo modelo KMV (Moody's); (ii) os *ratings* de crédito atribuídos pelas principais agências internacionais de *rating*; e (iii) os demonstrativos financeiros do cliente para avaliação econômico-financeira com base em indicadores financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2012, 83% do contas a receber devido a vendas comerciais da Vale apresentava classificação de risco baixo ou insignificante, 14% apresentava risco moderado e apenas 3% risco elevado.

Sempre que necessário, a análise de risco de crédito quantitativa é complementada por uma análise qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento comercial com a Vale e a posição estratégica do cliente em seu setor econômico, dentre outros fatores.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte ou ainda de acordo com o perfil de risco de crédito consolidado da Vale, estratégias de mitigação de risco são utilizadas para minimizar o risco de crédito da Companhia de forma a atingir o limite aceitável de risco aprovado pela Diretoria Executiva. Dentre as principais estratégias de mitigação de risco de crédito, destacam-se seguro de crédito, hipoteca carta de crédito e garantias corporativas, dentre outros.

A Vale possui uma carteira de recebíveis diversificada geograficamente, sendo China, Europa, Brasil e Japão os países/regiões que apresentam as exposições mais significativas. De acordo com a região, diferentes tipos de garantias podem ser utilizados para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis.

A empresa controla detalhadamente sua carteira de recebíveis através dos Comitês de Crédito e Cobrança, onde as áreas de gestão de risco, cobrança e comerciais monitoram periodicamente a posição de cada contraparte. Adicionalmente, a Vale possui controles sistêmicos de risco de crédito que bloqueiam vendas adicionais para contrapartes com recebíveis vencidos junto à Vale.

- **Gestão de Risco de Crédito para Tesouraria**

O controle da exposição originada por aplicações financeiras e instrumentos derivativos é feito através dos seguintes procedimentos: aprovação anual da Diretoria Executiva de limites de crédito por contraparte, controle da diversificação do portfólio, variações de *spreads* de crédito das contrapartes e do risco de crédito total da carteira de tesouraria. Existe ainda um monitoramento de todas as posições, controle de exposição versus limite e reporte periódico ao Comitê Executivo de Gestão de Risco.

O cálculo da exposição com uma determinada contraparte que possua diversas operações de derivativos com a Vale considera o somatório das exposições de cada derivativo contratado junto a esta contraparte. A exposição oriunda de cada derivativo é definida como o valor futuro estimado até o vencimento do instrumento, considerando a variação dos fatores de risco de mercado que afetam o valor do instrumento derivativo.

A Vale utiliza ainda uma classificação de risco própria para avaliação das contrapartes em operações de tesouraria, que segue metodologia similar à utilizada na gestão do risco de crédito comercial, com o objetivo de calcular a probabilidade de *default* das contrapartes.

De acordo com o tipo de contraparte (bancos, seguradoras, países ou corporações), utilizam-se diferentes variáveis: (i) a probabilidade de *default* estimada fornecida pelo modelo KMV; (ii) *Spreads* de crédito obtidos no mercado de CDS (*Credit Default Swaps*) ou no mercado de dívidas (*Bond Market*); (iii) *ratings* de crédito atribuídos pelas principais agências internacionais de *rating*; (iv) demonstrativos financeiros para avaliação econômico-financeira com base em indicadores financeiros.

d) Gestão de Risco de Mercado

A Vale está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. A avaliação deste potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações é realizada periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia, garantir sua flexibilidade financeira e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Para tanto, quando necessário, estratégias de mitigação de risco de mercado são avaliadas e implementadas em linha com estes objetivos. Algumas destas estratégias utilizam instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas pelos instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente de forma consolidada, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa, além de garantir a aderência das estratégias aos objetivos propostos.

Considerando a natureza dos negócios e operações da Vale, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são:

- Taxas de juros;
- Taxas de câmbio;
- Preços de produtos e insumos.

• Risco de Taxa de Câmbio e de Taxa de Juros

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade de diversas moedas, uma vez que os preços de seus produtos são indexados predominantemente ao dólar norte-americano, enquanto a parte significativa dos custos, despesas e investimentos são denominados em outras moedas, principalmente reais e dólares canadenses.

Para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas, instrumentos derivativos podem ser utilizados como estratégia de mitigação de risco.

No caso de proteção cambial dos fluxos de caixa envolvendo receitas, custos, despesas e investimentos, as principais estratégias de mitigação de risco utilizadas são operações de moeda a termo e *swaps*.

A Vale implementou operações de *hedge* para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado proveniente das suas dívidas – principalmente o risco cambial. As operações de *swap* cambial utilizadas para converter as dívidas em reais e euros para dólares norte-americanos têm vencimentos semelhantes - ou, em alguns casos, inferiores - ao vencimento final das dívidas. Seus valores são similares aos pagamentos de juros e principal, de acordo com as restrições de liquidez de mercado.

Swaps com vencimento inferior ao vencimento final das dívidas são renegociados ao longo do tempo de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final da dívida. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do *swap* compensará parte do impacto da variação cambial sobre as obrigações da Vale, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

No caso de instrumentos de dívidas denominados em reais, caso ocorra apreciação (depreciação) do real contra o dólar norte-americano, o impacto negativo (positivo), no serviço da dívida da Vale (juros e/ou pagamento de principal) medido em dólares norte-americanos será parcialmente anulado pelo efeito positivo (negativo) das operações de *swap*, independentemente da taxa de câmbio US\$/R\$ na data de pagamento. O mesmo racional se aplica às dívidas denominadas em outras moedas e seus respectivos *swaps*.

A Vale também possui exposição a taxas de juros sobre os empréstimos e financiamentos. As dívidas com taxas de juros flutuantes em dólares norte-americanos consistem principalmente em empréstimos que incluem operações de pré-pagamento de exportações e empréstimos em bancos comerciais ou organizações multilaterais. Em geral, estas dívidas são indexadas à LIBOR (*London Interbank Offer Rate in US dollar*). Ao considerar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a Vale considera o possível efeito de *hedge* natural entre a flutuação das taxas de juros norte-americanas e os preços das *commodities* no processo de decisão de contratação de instrumentos financeiros.

- **Risco de Preços de Produtos e Insumos**

A Vale também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos. Em linha com a política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* também podem ser utilizadas para adequar seu perfil de risco e reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Para estas estratégias de mitigação, utilizam-se predominantemente operações a termo, futuros ou *zero-cost collars*.

e) Gestão de Risco Operacional

A gestão de risco operacional é a abordagem estruturada que a Vale utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos.

Desta forma, a mitigação de risco operacional é feita através da criação de novos controles e da melhoria dos controles existentes, elaboração de novos planos de mitigação, além da transferência de risco através de seguro. Assim, a empresa procura ter uma visão clara de seus principais riscos, dos planos de mitigação com melhor custo-benefício e dos controles aplicados, monitorando potenciais impactos de riscos operacionais e alocando capital de forma mais eficiente.

f) Gestão de Capital

A política da Companhia tem como objetivo, ao administrar seu capital, buscar uma estrutura que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Dentro desta ótica, a Companhia tem sido capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado as suas atividades, com uma amortização bem distribuída ao longo dos anos, em média 10 anos, evitando assim uma concentração em um único período específico.

g) Seguros

A Vale contrata diversos tipos de apólices de seguros, tais como: seguro de riscos operacionais, seguro de risco de engenharia (projetos), responsabilidade civil, seguro de vida para seus funcionários, dentre outros. As coberturas destas apólices, similares às utilizadas em geral na indústria de mineração, são contratadas de acordo com os objetivos definidos pela empresa, a prática de gestão de risco corporativo e as limitações impostas pelo mercado de seguro e resseguro global.

A gestão de seguros é realizada com o apoio dos comitês de seguros existentes nas diversas áreas operacionais da Companhia. Entre seus instrumentos de gestão, a Vale utiliza resseguradoras cativas que permitem a contratação de seguros em bases competitivas, bem como, o acesso direto aos principais mercados internacionais de seguro e resseguro.

6 - Aquisições e Aliações

a) Projeto de carvão Belvedere

Em 2012, a Vale realizou a opção de compra sobre participação adicional de 24,5% no Projeto de Carvão Belvedere detidos pela Aquila Resources Limited ("Aquila") pelo montante de AUD150 milhões (R\$318).

A aquisição está sujeita a aprovações do governo de Queensland, Austrália. Como resultado desta transação, a Vale aumentará a sua participação em Belvedere para 100%. Adicionalmente, a Vale acordou em pagar AUD20 milhões (R\$42) para encerrar os litígios e disputas relativas à Belvedere com a Aquila.

O projeto está ainda em fase de pesquisa e, consequentemente, sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Vale. Concluída a operação, a Vale terá pago US\$338 milhões (R\$691) por 100% de Belvedere.

b) Negócio de fertilizantes

Em 2010, através da sua subsidiária integral Mineração Naque SA ("Naque"), a Companhia adquiriu 78,92% do total do capital e 99,83% do capital votante da Vale Fertilizantes SA e 100% do capital total da Vale Fosfatados. Em 2011 e início de 2012, a Companhia concluiu várias transações, incluindo a oferta pública de aquisição das ações em circulação da Vale Fertilizantes S.A. Desta forma a Companhia passou a deter 100% do capital total da sua subsidiária.

A transação realizada em 2010, quando o controle foi obtido, totalizou R\$10.696. A alocação do preço de compra foi concluída em 2011 e gerou um passivo fiscal diferido sobre os ajustes do valor ocorrido com base nas diferenças temporárias nas bases contábeis dos valores justos dos ativos e passivos e a base tributária representada pelo custo histórico com base de valor da entidade adquirida. De acordo com as leis tributárias brasileiras, o ágio gerado a partir da combinação de negócio assim como o valor justo de ativos e passivos adquiridos é dedutível para efeitos fiscais somente após fusão entre a empresa adquirente e a empresa adquirida.

Em junho de 2012, a Companhia decidiu incorporar a Vale Fertilizantes na Naque. Como resultado, o valor de ativos e passivos adquiridos, reconhecidos nas demonstrações contábeis da Naque, deduzidos dos valores amortizados na data de aquisição, são a base tributária da operação. Em consequência, após a conclusão da incorporação, não há diferença entre a base fiscal e valores contábeis dos ativos líquidos adquiridos, e consequentemente, não há mais o imposto de renda diferido passivo a ser reconhecido. O saldo do imposto de renda diferido passivo inicialmente reconhecido (contabilizados quando da contabilização da compra) totalizando R\$2.533 foi totalmente reclassificado para o resultado do exercício, em conexão com incorporação Vale Fertilizantes na Naque.

Em sequência, a Naque foi renomeada para Vale Fertilizantes S.A.

c) Venda de ativos de carvão

Em junho de 2012 a Vale concluiu a venda das suas operações de carvão térmico na Colômbia para CPC S.A.S., uma afiliada da Colombian Natural Resources S.A.S. ("CNR").

As operações de carvão térmico na Colômbia constituem um sistema integrado mina-ferrovia-porto que consiste em uma mina de carvão e um depósito de carvão; uma operação portuária de carvão e uma participação na ferrovia que liga as minas de carvão ao porto.

A perda nessa transação, no valor de R\$722, foi registrada na demonstração do resultado na rubrica "Ganho (perda) na realização de ativos não circulantes mantidos para venda".

d) Aquisição de ações da EBM

Em continuação ao processo de otimização de sua estrutura corporativa, no segundo trimestre de 2012 a Vale adquiriu, mais 10,46% de participação nos Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A. ("EBM"), cujo principal ativo é a participação na Minerações Brasileiras Reunidas SA que é a proprietária das minas de Itabirito, Vargem Grande e Paraopeba. Como resultado da aquisição, a Vale aumentou sua participação no capital da EBM para 96,7% e da MBR para 98,3%, e o montantes de R\$500 é reconhecido como resultado de operações com acionistas não controladores no "Patrimônio Líquido".

e) Manganês e ferroligas

Em outubro de 2012 a Vale concluiu a venda das suas operações de ferroligas de manganês na Europa para subsidiárias da Glencore International Plc., por US\$160 milhões (equivalentes a R\$318) em dinheiro, sujeito ao cumprimento de certas condições precedentes. Reconhecemos um prejuízo de US\$22 milhões (equivalentes a R\$45) apresentados em nossa Demonstração de Resultado como “Ganho (perda) na venda de ativos”.

As operações de ferro ligas de manganês na Europa consistem em: (i) 100% da Vale Manganèse France SAS, localizada em Dunkerque, na França; e (ii) 100% da Vale Manganese Norway AS, localizada em Mo I Rana, na Noruega.

f) Participação da Vale Oman Pelletizing

Em Outubro de 2012, a Vale concluiu a venda da participação de 30% da Vale Oman Pelletizing LLC para a Oman Oil Company, subsidiária integral do governo do sultanato de Omã, por US\$71 milhões (R\$145). Reconhecemos um ganho de US\$63 milhões (R\$129) apresentado no Patrimônio Líquido.

7 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e banco	2.440	1.770	933	36	177
Aplicações financeiras	9.478	4.823	11.703	652	398
	11.918	6.593	12.636	688	575

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor, sendo parte em reais indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”) e parte em dólares norte-americanos, em *Time Deposits*, com prazo de vencimento inferior a três meses.

O aumento no valor dos equivalentes de caixa durante 2012 está relacionado principalmente ao caixa obtido a partir das atividades operacionais e dos títulos emitidos durante 2012 (nota 17).

8 - Investimentos de curto prazo

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Aplicações financeiras	506	-	2.987	43	-

O registro nesta rubrica compreende as aplicações financeiras em investimentos com baixo risco, com prazo de vencimento entre 91 e 360 dias, classificado como instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado (mantido até o vencimento) (nota 22).

9 - Contas a Receber

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Denominados em reais	1.734	2.295	2.044	1.519	2.238
Denominados em outras moedas, principalmente em US\$	12.384	13.791	11.833	20.434	13.698
	14.118	16.086	13.877	21.953	15.936
Estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(233)	(197)	(196)	(114)	(127)
	13.885	15.889	13.681	21.839	15.809

As contas a receber de clientes relacionados ao mercado siderúrgico representam 71,26% e 67,9% dos recebíveis em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% dos recebíveis ou das receitas.

As estimativas de perdas para crédito de liquidação duvidosa registradas no resultado dos exercícios de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$70 e R\$3, respectivamente. Baixamos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o total de R\$34 e R\$2, respectivamente.

10 - Estoques

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Estoques de produtos					
Acabados	4.575	4.881	2.976	2.080	2.170
Em elaboração	2.776	2.569	1.613	-	-
	7.351	7.450	4.589	2.080	2.170
Estoques de materiais de consumo	2.969	2.383	2.572	1.203	1.013
Total	10.320	9.833	7.161	3.283	3.183

Em 31 de dezembro de 2012, os estoques incluem provisões para ajuste a valor de realização para o produto manganês, níquel e cobre no montante de R\$6, R\$0 e R\$ 6 (em 31 de dezembro de 2011 R\$16, R\$ 27 e R\$ 0), respectivamente.

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Movimentação dos estoques de produtos		
Saldo no início do exercício	7.450	4.589
Adições	43.635	40.125
Transferência de materiais de consumo	8.341	6.276
Baixas por venda	(51.997)	(42.451)
Baixa por ajuste de inventário	-	(1.051)
Baixa por ajuste a valor mercado	(78)	(38)
Saldo no final do exercício	7.351	7.450

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Movimentação dos estoques de produtos		
Saldo no início do exercício	2.170	1.535
Adições	20.486	18.700
Transferência de materiais de consumo	3.730	3.181
Baixas por venda	(24.245)	(20.958)
Baixa por ajuste de inventário	-	(261)
Baixa por ajuste a valor mercado	(61)	(27)
Saldo no final do exercício	2.080	2.170

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Movimentação dos estoques de materiais de consumo		
Saldo no início do exercício	2.383	2.572
Adições	8.927	6.087
Baixas por consumo	(8.341)	(6.276)
Saldo no final do exercício	2.969	2.383

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Movimentação dos estoques de materiais de consumo		
Saldo no início do exercício	1.013	782
Adições	3.920	3.412
Baixas por consumo	(3.730)	(3.181)
Saldo no final do exercício	1.203	1.013

11 - Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda

Em dezembro de 2012 a Vale assinou com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") acordo para a venda de Araucária, operação para produção de nitrogenados, localizada em Araucária, estado do Paraná, pelo valor de US\$234 milhões (R\$478). O preço de aquisição será pago pela Petrobras em parcelas apuradas trimestralmente, corrigidas por 100% da taxa do CDI, em valores equivalentes aos royalties devidos pela Vale relativos ao arrendamento de ativos de potássio e direitos minerários de Taquari-Vassouras e do projeto Carnalita.

Em 31 de dezembro de 2012, esses ativos estão classificados como mantidos para venda, no subgrupo do imobilizado.

	31 de dezembro de 2012
Ativos mantidos para venda	
Contas a receber	29
Impostos a recuperar	42
Estoques	41
Imobilizado	794
Outros	29
Total	935
Passivos associados a ativos mantidos para venda	
Fornecedores	24
Imposto diferido	225
Outros	78
Total	327

12 - Tributos a Recuperar ou Compensar

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto sobre lucro líquido	2.371	1.496	765	168	169
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	2.090	1.913	806	1.056	731
Contribuições Federais Brasileiras (PIS - COFINS)	1.370	1.768	-	1.014	1.536
Outras	132	110	1.701	88	82
Total	5.963	5.287	3.272	2.326	2.518
Circulante	4.620	4.190	2.671	2.071	2.317
Não circulante	1.343	1.097	601	255	201
Total	5.963	5.287	3.272	2.326	2.518

13 - Investimentos

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo no início do exercício	14.984	7.321
Adições	892	7.357
Baixas	(62)	(8)
Ajuste acumulado de conversão	1.087	443
Equivalência patrimonial	1.241	1.851
Ajustes de avaliação patrimonial	66	(28)
Dividendos declarados	(1.162)	(1.952)
Redução ao valor recuperável	(4.002)	-
Saldo no fim do exercício	13.044	14.984

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo no início do exercício	113.150	92.111
Adições	7.334	6.284
Baixas	(1.252)	(579)
Ajuste acumulado de conversão	8.432	8.168
Equivalência patrimonial	749	9.996
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.105)	(765)
Dividendos declarados	(1.461)	(2.065)
Redução ao valor recuperável	(1.976)	-
Saldo no fim do exercício	123.871	113.150

Investimentos (Continuação)

Entidades	Investimentos			Resultado de participações societárias		Dividendos recebidos	
	Saldo em			Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Controladas diretas e indiretas							
Aços Laminados do Pará S.A.	319	266	85	(7)	(48)	-	-
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (a)	-	-	1.088	-	-	-	-
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (a)	-	-	2.732	-	-	-	-
Balderton Trading Corp.	326	341	313	(46)	(28)	-	-
Biopalma da Amazonia S.A. (a)	349	442	-	(115)	(37)	-	-
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba - CPBS	454	350	347	231	152	126	155
Companhia Minera Miski Mayo S.A.C. (a)	528	446	356	66	6	-	-
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (a)	2.926	2.359	1.916	(190)	(136)	-	-
Ferrovia Norte-Sul S.A.	1.717	1.740	1.743	(23)	(4)	-	3
Mineração Corumbense Reunida S.A.	1.365	1.113	913	266	297	93	-
Mineração Paragominas S.A.	-	-	1.813	-	-	-	-
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR (b)	4.538	3.792	3.291	224	230	258	-
Potasol Rio Colorado S.A. (a)	6.016	2.776	1.736	(31)	(72)	-	-
Rio Doce Australia Pty Ltd.	(36)	752	1.157	(2.080)	(507)	-	-
Salobo Metais S.A. (a)	6.343	4.625	3.271	(208)	19	-	-
Sociedad Contractual Minera Tres Valles (a)	460	432	394	(95)	(76)	-	-
SRV Reinsurance Company S.A.	1.248	837	177	24	(184)	-	-
Vale International Holdings GmbH (b)	8.193	7.849	1.626	(2.124)	1.036	-	-
Vale Canada Holdings	1.000	902	899	(22)	(23)	-	-
Vale Canada Limited (b)	11.809	9.746	8.992	(2.602)	(215)	-	-
Vale Colombia Holding Ltd. (f)	-	1.183	826	(64)	18	-	-
Vale Fertilizantes S.A. (e)	-	10.735	6.055	(53)	203	-	-
Vale Fertilizantes S.A. (antiga Mineração Naque S.A.) (a) (b)	13.602	1.921	4.932	2.417	(92)	-	-
Vale International S.A. (b)	35.762	38.820	35.977	3.788	8.105	-	-
Vale Manganês S.A.	687	717	890	(29)	25	1	382
Vale Mina do Azul S.A.	203	154	-	49	13	-	-
Vale Emirates Limited	5.886	771	326	(257)	(438)	-	-
Vale Shipping Holding Pte. Ltd.	5.118	3.944	1.245	226	55	-	-
VBC Vale BSGR Limited (a)	869	757	833	(130)	(175)	-	-
VLI Multimodal S.A. (a) (b)	607	206	174	65	33	-	-
Outras	538	190	683	56	(18)	95	55
	110.827	98.166	84.790	(664)	8.139	573	595
Coligadas diretas e indiretas							
California Steel Industries, INC	342	301	258	29	21	19	11
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	219	208	208	50	55	40	54
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	213	214	212	73	34	74	32
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	130	150	143	16	78	36	71
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	364	372	333	42	75	51	36
CSP - Companhia Siderúrgica do PCECM	1.020	499	30	(13)	(6)	-	-
Henan Longyu Energy Resources CO., LTD.	697	529	416	113	140	107	-
LOG-IN - Logística Intermodal S/A (c)	192	212	224	(18)	(12)	-	-
Mineração Rio Grande do Norte S.A. - MRN	277	248	236	42	13	14	-
MRS Logística S.A.	1.197	1.028	851	236	219	119	92
Norsk Hydro ASA (d)	4.572	6.029	-	(77)	160	95	84
Norte Energia S.A.	246	137	-	(5)	-	-	-
Samarco Mineração S.A.	1.288	745	676	1.247	1.453	373	1.384
Teal Minerals (Barbados) Incorporated	516	437	150	(9)	(9)	-	-
Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A. (a)	79	86	66	(42)	(13)	-	-
Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico	1.092	3.003	3.065	(327)	(309)	-	-
Vale Florestar Fundo de Investimento em participações	224	227	235	(3)	(8)	-	-
Vale Soluções em Energia S.A.	146	272	199	(110)	(28)	-	-
Zhuhai YPM Pellet Co	48	43	42	1	-	-	-
Outras	182	244	(23)	(4)	(6)	4	2
	13.044	14.984	7.321	1.241	1.857	932	1.766
	123.871	113.150	92.111	577	9.996	1.505	2.361

(a) Saldo de investimento contempla os valores de adiantamento para futuro aumento de capital;

(b) Excluídos do patrimônio líquido, os investimentos das empresas já detalhados na nota;

(c) Valor de mercado em 31 de dezembro de 2012 foi R\$246 e em 31 de dezembro de 2011 foi R\$ 197;

(d) Empresa avaliada a mercado;

(e) Incorporada na Vale Fertilizantes S.A. (antiga Mineração Naque S.A.)

(f) Empresa vendida em junho de 2012.

Os dividendos recebidos pela Controladora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram R\$ 1.190 e R\$2.196, respectivamente.

31 de dezembro
de 2011

31 de dezembro de 2012

					Patrimônio	Resultado	Resultado	Resultado
	% Total	% Votante	Ativo	Passivo	líquido ajustado (i)	operacional ajustado (i)	do exercício ajustado (i)	do exercício ajustado (i)
Empresas								
Controladas diretas e indiretas								
Aços Laminados do Pará S.A.	100,00	100,00	318	(1)	319	(6)	(7)	(48)
Balderton Trading Corp	100,00	100,00	413	87	326	(44)	(46)	(28)
Biopalma da Amazonia S.A.	70,00	70,00	1.372	883	489	(79)	(165)	(53)
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba - CPBS	100,00	100,00	572	118	454	352	231	152
Compania Minera Miski Mayo S.A.C	40,00	51,00	1.682	432	1.250	230	165	15
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	99,99	99,99	3.289	363	2.926	(191)	(190)	(136)
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00	100,00	1.883	166	1.717	(17)	(23)	(4)
Mineração Corumbense Reunida S.A.	100,00	100,00	2.159	794	1.365	344	266	297
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	98,32	98,32	6.357	956	5.401	268	370	392
Potasio Rio Colorado S.A.	100,00	100,00	4.815	339	4.476	(22)	(31)	(72)
Rio Doce Australia Pty Ltd.	100,00	100,00	4.673	4.482	191	(2.893)	(2.080)	(507)
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00	7.406	1.063	6.343	(271)	(208)	19
Sociedad Contractual Minera Tres Valles	90,00	90,00	652	197	455	(101)	(106)	(84)
SRV Reinsurance Company S.A.	100,00	100,00	1.638	390	1.248	11	24	(184)
Vale International Holdings GmbH	100,00	100,00	104.250	7.412	96.838	(2.191)	(1.317)	1.036
Vale Canada Holdings	100,00	100,00	29.958	28.958	1.000	(9)	(22)	(23)
Vale Canada Limited	100,00	100,00	69.102	53.161	15.941	(1.393)	(2.573)	(194)
Vale Fertilizantes S.A. (Antiga Mineração Naque S.A.)	100,00	100,00	24.741	3.266	21.475	(142)	2.399	130
Vale International S.A.	100,00	100,00	141.523	59.029	82.494	2.223	1.050	7.796
Vale Manganês S.A.	100,00	100,00	929	242	687	51	(29)	25
Vale Mina do Azul S.A.	100,00	100,00	460	257	203	100	49	13
Vale Emirates Limited	100,00	100,00	6.437	551	5.886	(283)	(257)	(438)
Vale Shipping Holding Pte. Ltd.	100,00	100,00	5.307	189	5.118	84	226	55
VBG Vale BSGR Limited	51,00	51,00	3.815	2.282	1.533	(129)	(255)	(343)
VLI Multimodal S.A.	100,00	100,00	4.981	89	4.892	95	(143)	(118)
Coligadas diretas e indiretas								
California Steel Industries, INC	50,00	50,00	1.457	774	683	95	58	42
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO	50,00	50,00	471	34	437	138	100	109
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	50,89	51,00	506	87	419	78	143	66
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	50,90	51,00	324	69	255	42	31	153
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	51,00	51,11	814	101	713	108	83	148
CSP- Companhia Siderurgica do PCEM	50,00	50,00	2.171	132	2.039	(41)	(27)	(12)
Henan Longyu Energy Resources CO., LTD.	25,00	25,00	3.322	532	2.790	583	453	561
LOG-IN - Logística Intermodal S/A	31,33	31,33	1.831	1.257	574	23	(54)	(35)
Mineração Rio Grande do Norte S.A. - MRN	40,00	40,00	2.043	1.350	693	192	104	33
MRS Logística S.A.	47,59	46,75	6.245	3.730	2.515	756	502	524
Norte Energia S.A.	9,00	9,00	7.463	4.734	2.729	(66)	(47)	-
Samarco Mineração S.A.	50,00	50,00	10.272	7.696	2.576	3.393	2.493	2.906
Teal Minerals (Barbados) Incorporated	50,00	50,00	1.962	931	1.031	(11)	(18)	(18)
Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A.	49,21	49,21	164	11	153	(86)	(86)	(22)
Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico	26,87	26,87	16.334	5.558	10.776	(978)	(1.217)	(1.150)
Vale Soluções em Energia S.A.	53,13	53,13	457	183	274	(523)	(532)	(52)
Zhuhai YPM Pellet Co	25,00	25,00	353	160	193	6	6	-

(i) Corresponde a contribuição individual de cada entidade no consolidado

14 - Ativos Intangíveis

Consolidado								
Vida útil indefinida	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011	
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização
Ágio	9.407	-	9.407	8.990	-	8.990	8.654	-
	9.407	-	9.407	8.990	-	8.990	8.654	-
Vida útil definida								
Concessões e subconcessões	10.981	(3.307)	7.674	9.997	(2.813)	7.184	9.449	(2.936)
Direito de uso	732	(113)	619	1.133	(80)	1.053	1.101	(48)
Outros	2.504	(1.382)	1.122	1.682	(1.120)	562	1.465	(856)
	14.217	(4.802)	9.415	12.812	(4.013)	8.799	12.015	(3.840)
Total	23.624	(4.802)	18.822	21.802	(4.013)	17.789	20.669	(3.840)

Controladora						
Vida útil indefinida	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ágio	9.407	-	9.407	8.990	-	8.990
	9.407	-	9.407	8.990	-	8.990
Vida útil definida						
Concessões e subconcessões	6.410	(2.414)	3.996	5.920	(2.105)	3.815
Direito de uso	222	(83)	139	679	(72)	607
Outros	2.504	(1.382)	1.122	1.682	(1.120)	562
	9.136	(3.879)	5.257	8.281	(3.297)	4.984
Total	18.543	(3.879)	14.664	17.271	(3.297)	13.974

Os prazos de vida útil das concessões e subconcessões estão detalhados (nota 29 d).

Os direitos de uso referem-se basicamente a contrato de usufruto celebrado com acionistas minoritários para uso das ações da Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A. (detentora das ações da MBR) e intangíveis identificados na combinação de negócios da Vale Canadá. A amortização do direito de uso será finalizada em 2037 e dos intangíveis da Vale Canadá finaliza em 2046.

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no exercício:

Consolidado					
Exercícios findos em					
	Ágio	Concessões e subconcessões	Direito de uso	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	8.990	7.184	1.053	562	17.789
Adição por aquisição	-	1.044	-	825	1.869
Baixas por alienação	-	(20)	(455)	-	(475)
Amortização	-	(534)	(32)	(265)	(831)
Ajuste de conversão	417	-	53	-	470
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.407	7.674	619	1.122	18.822

Consolidado					
Exercícios findos em					
	Ágio	Concessões e subconcessões	Direito de uso	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	8.654	6.514	1.054	607	16.829
Adição por aquisição	-	1.378	-	373	1.751
Baixas por alienação	-	(81)	-	(2)	(83)
Amortização	-	(858)	(24)	(185)	(1.067)
Ajuste de conversão	336	-	23	-	359
Outras	-	231	-	(231)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.990	7.184	1.053	562	17.789

Controladora

Exercícios findos em

	Ágio	Concessões e subconcessões	Direito de uso	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	8.990	3.815	607	562	13.974
Adição por aquisição	-	537	-	825	1.362
Baixas por alienação	-	(17)	(455)	-	(472)
Amortização	-	(339)	(13)	(265)	(617)
Ajuste de conversão	417	-	-	-	417
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.407	3.996	139	1.122	14.664

Controladora

Exercícios findos em

	Ágio	Concessões e subconcessões	Direito de uso	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	8.654	3.824	631	455	13.564
Adição por aquisição	-	332	-	294	626
Baixas por alienação	-	(30)	-	(2)	(32)
Amortização	-	(311)	(24)	(185)	(520)
Ajuste de conversão	336	-	-	-	336
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.990	3.815	607	562	13.974

15 - Imobilizado

Consolidado

	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.381	-	1.381	1.331	-	1.331	593	-	593
Edificações	15.755	(3.304)	12.451	13.977	(2.552)	11.425	10.452	(2.334)	8.118
Instalações	33.350	(9.326)	24.024	28.699	(7.885)	20.814	30.821	(5.724)	25.097
Equipamentos	2.014	(1.245)	769	1.737	(1.053)	684	479	(40)	439
Ativos minerários	48.440	(9.887)	38.553	41.954	(7.319)	34.635	45.414	(4.753)	40.661
Outros	54.673	(17.526)	37.147	51.290	(15.249)	36.041	44.478	(12.639)	31.839
Imobilizado em curso	59.130	-	59.130	48.925	-	48.925	19.909	-	19.909
	214.743	(41.288)	173.455	187.913	(34.058)	153.855	152.146	(25.490)	126.656

Controladora

	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.162	-	1.162	762	-	762
Edificações	5.695	(1.319)	4.376	6.131	(1.111)	5.020
Instalações	16.428	(4.128)	12.300	15.674	(3.586)	12.088
Equipamentos	942	(724)	218	857	(638)	219
Ativos minerários	4.402	(588)	3.814	3.750	(529)	3.221
Outros	16.821	(7.533)	9.288	16.508	(6.449)	10.059
Imobilizado em curso	30.073	-	30.073	24.134	-	24.134
	75.523	(14.292)	61.231	67.816	(12.313)	55.503

Consolidado								
Exercícios findos em								
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos de informática	Ativos minerários	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	1.331	11.425	20.814	684	34.635	36.041	48.925	153.855
Adição por aquisição	-	-	-	-	-	-	33.433	33.433
Baixas por alienação	(2)	(127)	(100)	(18)	(114)	(704)	(1.125)	(2.190)
Baixas por transferência para ativos mantidos para a venda	-	(51)	(67)	-	(3)	(1.919)	(24)	(2.064)
Baixas por <i>impairment</i>	-	(2.227)	(554)	(2)	(1.074)	(2.841)	(1.684)	(8.382)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(617)	(1.807)	(179)	(1.598)	(3.791)	-	(7.992)
Ajuste de conversão	(199)	714	(273)	334	2.932	2.483	804	6.795
Transferências	251	3.334	6.011	(50)	3.775	7.878	(21.199)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.381	12.451	24.024	769	38.553	37.147	59.130	173.455

Consolidado								
Exercícios findos em								
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos de informática	Ativos minerários	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	593	8.118	25.097	439	40.661	31.839	19.909	126.656
Adição por aquisição	-	-	-	-	-	-	22.768	22.768
Baixas por alienação	-	(64)	(21)	(1)	(37)	(69)	(191)	(383)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(197)	(823)	(125)	(251)	(2.962)	-	(4.358)
Ajuste de conversão	-	(6)	(2.368)	7	953	6.290	4.296	9.172
Transferências	738	3.574	(1.071)	364	(6.691)	943	2.143	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.331	11.425	20.814	684	34.635	36.041	48.925	153.855

Controladora								
Exercícios findos em								
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos de informática	Ativos minerários	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	762	5.020	12.088	219	3.221	10.059	24.134	55.503
Adição por aquisição	-	-	-	-	-	-	14.650	14.650
Baixas por alienação	-	(1)	(19)	(1)	(19)	(87)	(432)	(559)
Baixas por <i>impairment</i>	-	(2.227)	(554)	(2)	(550)	(817)	(1.922)	(6.072)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(184)	(575)	(95)	(135)	(1.302)	-	(2.291)
Transferências	400	1.768	1.360	97	1.297	1.435	(6.357)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.162	4.376	12.300	218	3.814	9.288	30.073	61.231

Controladora								
Exercícios findos em								
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos de informática	Ativos minerários	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	362	2.543	8.579	177	2.765	12.074	17.962	44.462
Adição por aquisição	-	-	-	-	-	-	13.990	13.990
Baixas por alienação	-	(3)	(15)	-	(25)	(44)	(352)	(439)
Amortização	-	(114)	(509)	(103)	(94)	(1.690)	-	(2.510)
Outras	400	2.594	4.033	145	575	(281)	(7.466)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	762	5.020	12.088	219	3.221	10.059	24.134	55.503

A depreciação do exercício, alocada ao custo de produção e a despesa, totalizava R\$ 8.397 e R\$ 6.638 em 2012 e 2011 no consolidado e R\$2.563 e R\$ 1.964 em 2012 e 2011 na controladora, respectivamente.

Os valores líquidos dos ativos imobilizados dados em garantias de processos judiciais correspondem em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a R\$197 e R\$146 no consolidado e R\$161 e R\$134 na controladora, respectivamente.

16 - Redução de Valor Recuperável de Ativos ("Impairment")

Em 2012 foram identificadas evidências de perda de valor recuperável em alguns investimentos e ativos imobilizados dos segmentos de níquel, alumínio carvão e outros.

Para apuração do valor justo dos ativos a Vale utiliza fluxos de caixa descontados.

As taxas de descontos aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. O custo médio ponderado de capital da Vale é usado como um ponto fundamental para a determinação das taxas de desconto, com ajustes adequados para o perfil de risco dos países em que unidades geradoras de caixa individuais operam.

Foram realizados testes para determinar se o valor recuperável é inferior ao contábil dos ativos abaixo:

Em 31 de dezembro de 2012				
Ativos	Unidade Geradora de Caixa	Valor Contábil Líquido	Valor Recuperável	Ajuste de Impairment
Investimento				
Alumínio	Hydro	6.598	4.572	2.026
Siderurgia	Thyssenkrupp CSA	4.387	2.583	1.804
Energia	VSE	207	35	172
		11.192	7.190	4.002
Ativo imobilizado				
Níquel	Onça Puma	7.653	1.884	5.769
Carvão	Austrália	3.365	1.226	2.139
Outros		386	83	303
		11.404	3.193	8.211
		22.596	10.383	12.213

(i) Investimentos

o Investimento na Hydro

A volatilidade dos preços do alumínio e as incertezas macroeconômicas sobre a economia europeia contribuíram para redução, no quarto trimestre, do valor de mercado da nossa participação de 22% na Hydro, produtora de alumínio norueguesa, a um nível inferior ao valor contábil do investimento.

O valor de mercado do investimento em 31 de dezembro foi obtido com base no valor de mercado das ações da Hydro, que são negociadas no mercado de capitais e tiveram cotação de US\$ 4,99 por ação nessa data, resultando assim em um valor de investimento no montante de R\$4.572.

o Investimento na Thyssenkrupp CSA

A Companhia reconheceu um ajuste de *impairment* sobre o valor do nosso investimento de 26.87% na coligada Thyssenkrupp CSA para refletir a redução sobre o valor recuperável destes investimentos. O valor justo está baseado no fluxo de caixa futuro, não acrescido do valor referente ao contrato de fornecimento exclusivo de minério de ferro, o que compreende a um componente relevante de nossa estratégia de investimento.

o Investimento na VSE

A mudança na estratégia de investimentos da Companhia alterou a expectativa dos fluxos de caixa esperados das operações de energia em nossa *joint venture* Vale Soluções de Energia ("VSE").

Para a VSE o valor recuperável foi identificado a partir das novas projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros recém-aprovados pela administração para os valores da coligada.

(ii) Ativo Imobilizado

o Ativos de níquel da Onça Puma

Problemas com os dois fornos de Onça Puma determinaram a paralisação total de suas operações de ferro-níquel desde junho de 2012. Depois de analisar o caso, a Vale decidiu reconstruir um dos fornos e planeja a retomada da operação para o quarto trimestre

de 2013. Dado este evento e diante da atual situação de mercado para ferro-níquel, a expectativa de realização do valor contábil líquido dos ativos de Onça Puma determinou a necessidade de reconhecimento de um ajuste para a recuperabilidade.

O valor recuperável dos ativos de Onça Puma foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração para a vida útil da mina. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir os efeitos nas quantidades vendidas baseada nos preços futuros da *commodity* e na demanda esperada para o produto.

As premissas consideradas chaves pela Administração para o cálculo do *impairment* de Onça Puma são os valores das *commodities* e a taxa de desconto utilizada, devido à alta volatilidade do negócio.

o Ativos de carvão na Austrália

Crescimentos dos custos, redução dos preços de mercado, redução na produção e mudanças regulatórias financeiramente desfavoráveis foram algumas das evidências identificadas no segmento carvão que nos levaram a realizar os testes de *impairment*.

Para a unidade da Austrália o valor recuperável foi identificado por meio do cálculo do valor em uso, a partir de projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração para a vida útil da mina. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir os efeitos nas quantidades vendidas baseada nos preços futuros da *commodity* e na demanda esperada para o produto.

As premissas consideradas chaves pela administração para o cálculo do *impairment* dos ativos de carvão da Austrália são os valores das *commodities* e a taxa de desconto utilizada, devido à alta volatilidade do negócio.

o Outros

A mudança na estratégia de investimentos da Vale alterou a expectativa dos fluxos de caixa de outras operações da Companhia, como as operações de óleo e gás e outros projetos.

Para estes ativos, o valor recuperável foi identificado a partir das novas projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros revisados e aprovados pela administração, para os períodos estimados de operação.

(iii) Ágio e Intangível de vida útil indefinido

O ágio foi gerado a partir do processo de aquisição de parte dos negócios da Companhia, e está representado por *bulk materials* (R\$ 4.287), metais básicos (R\$ 3.791) e fertilizantes (R\$1.329).

A revisão anual da recuperabilidade do ágio não resultou em provisão para perda, tanto para 2012 e 2011. Para fins de teste de *impairment*, foi utilizada uma taxa de desconto específica por ativo, que consideram um prêmio por país e por risco de negócio para cada segmento, variando de 7,8% para 8,6%.

As premissas chaves mais sensíveis do fluxo de caixa descontado são os preços de venda e custos de produção.

17 - Empréstimos e Financiamentos

a) Captados em curto prazo

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Capital de giro	-	40	232	-	-
	-	40	232	-	-

Financiamentos captados a curto prazo para exportação, denominados em dólares norte-americanos, com taxa média de juros em 31 de dezembro de 2011 foi de 1,81% a.a.

b) Captados a longo prazo

	Consolidado					
	Passivos circulantes			Passivos não circulantes		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Contratados a longo prazo no exterior						
Empréstimos e financiamentos em:						
Dólares norte-americanos	1.235	944	3.972	6.906	5.014	4.215
Outras moedas	29	17	33	535	97	365
Títulos em juros fixos:						
Dólares norte-americanos	253	761	-	27.499	18.823	17.066
Euro	-	-	-	4.043	1.812	1.671
Notas perpétuas	-	-	-	-	-	130
Encargos decorridos	662	413	388	-	-	-
	2.179	2.135	4.393	38.983	25.746	23.447
Contratados a longo prazo no Brasil						
Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI	358	461	127	12.395	9.799	6.483
Cesta de moedas	4	3	2	21	-	208
Empréstimos em dólares norte-americanos	346	-	-	2.590	-	1.230
Debêntures não conversíveis em ações	4.000	-	2	774	4.680	4.610
Encargos decorridos	206	208	183	-	-	-
	4.914	672	314	15.780	14.479	12.531
	7.093	2.807	4.707	54.763	40.225	35.978

	Controladora			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contratados a longo prazo no exterior				
Empréstimos e financiamentos em:				
Dólares norte-americanos	275	165	5.135	3.325
Outras moedas	-	-	2	-
Títulos em juros fixos:				
Dólares norte-americanos	-	-	3.065	-
Euro	-	-	4.043	1.812
Encargos decorridos	212	81	-	-
	487	246	12.245	5.137
Contratados a longo prazo no Brasil				
Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI	306	447	12.032	9.459
Empréstimos em dólares norte-americanos	346	-	2.590	-
Debêntures não conversíveis em ações	4.000	-	-	4.000
Encargos decorridos	189	199	-	-
	4.841	646	14.622	13.459
	5.328	892	26.867	18.596

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2012 têm vencimento nos seguintes anos:

	Consolidado	Controladora
2014	2.802	2.411
2015	2.459	1.556
2016	3.850	1.610
2017 em diante	45.652	21.290
	54.763	26.867

Em 31 de dezembro de 2012, as taxas de juros anuais sobre as dívidas de longo prazo eram como segue:

	Consolidado	Controladora
Até 3%	11.123	8.376
3,1% até 5% (i)	11.630	4.864
5,1% até 7%	25.329	9.209
7,1% até 9% (ii)	10.056	7.207
9,1% até 11% (ii)	2.734	2.539
Acima de 11% (ii)	983	-
Variáveis	1	-
	61.856	32.195

(i) Inclui a operação de *eurobonds*, para a qual foi contratado instrumento financeiro derivativo a um custo de 4,51% a.a. em dólares norte-americanos.

(ii) Inclui debêntures não conversíveis e outros empréstimos em reais, cuja remuneração é igual à variação acumulada da taxa do CDI e TJLP mais *spread*. Para estas operações foram contratados instrumentos financeiros derivativos a fim de proteger a exposição da Companhia as variações da dívida flutuante em reais. O total contratado para estas operações é de R\$ 16.812 (US\$ 8.227 milhões), dos quais R\$ 16.123 (US\$ 7.890 milhões) têm taxas de juros originais acima de 5,1 % a.a. Após a contratação dos derivativos o custo médio das dívidas não denominadas em dólares norte-americanos é de 3,16% a.a. em dólares norte-americanos.

Quantidade em 31 de dezembro de 2012					Saldos em		
Debêntures não Conversíveis	Emitida	Em circulação	Vencimento	Encargos Anuais	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2ª Serie	400.000	400.000	20 de novembro de 2013	100% CDI + 0.25%	4.032	4.049	4.047
Tranche "B" - Salobo	5	5	Sem vencimento	6.5% p.a + IGP-DI	774	680	611
					4.806	4.729	4.659
Parcela de curto prazo					3.999		
Parcela de longo prazo					774	4.680	4.610
Juros provisionados					33	49	48
					4.806	4.729	4.659

Em outubro de 2012, a Vale emitiu uma nota de crédito à exportação no montante de US\$1.223 milhão (R\$2.500) junto a um banco comercial brasileiro e possui 10 anos de prazo. O montante foi desembolsado integralmente até 31 de dezembro de 2012.

Em setembro de 2012, a Vale assinou um contrato de financiamento de US\$1.900 milhão (R\$3.882) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") vinculado à implementação do projeto CLN 150 MTPA, que irá expandir a capacidade de infraestrutura logística do Sistema Norte. Em dezembro de 2012, a Vale havia desembolsado R\$ 2.109 (US\$ 1.032 milhão) na linha.

Em setembro de 2012, a Vale captou, através de oferta de notas com vencimento em 2042, o montante US\$1.500 milhão (R\$3.065). Estes títulos foram emitidos ao preço de 99,198% do valor de face e terão cupom de 5,625% por ano, pagos semestralmente.

Em agosto de 2012, através da Vale International, assinamos um contrato de pré-pagamento de exportação com um banco comercial no valor de R\$307 (US\$150 milhões), com o vencimento em 5 anos após o desembolso. Até 31 de dezembro de 2012, a Vale International havia desembolsado integralmente a linha.

Em 10 de julho de 2012 a Vale captou, através de oferta de notas com vencimento em 2023, o montante de €750 milhões (R\$1.878). Estes títulos terão cupom de 3,75% ao ano, pagos anualmente, ao preço de 99,608% do valor de face do título.

Em abril de 2012, através de nossa subsidiária integral Vale Overseas Limited, captamos US\$1.250 milhão (R\$2.554) com emissão de notas precificadas em março de 2012, a 101,345% do valor principal com vencimento em 2022. As notas terão cupom de 4,375% ao ano, pagáveis semestralmente, e serão consolidadas, formando uma única série com os bônus da Vale Overseas emitidos em janeiro de 2012, de US\$ 1.000 milhão (R\$2.044) com cupom de 4,375% e vencimento em 2022. Essas notas emitidas em Janeiro de 2012 foram vendidas a um preço de 98,804% do valor principal.

c) Linhas de crédito e linha de crédito rotativa

		Linha de crédito					
					Montante utilizado até 31 de dezembro de		
Instituições Financeiras	Moeda de contrato	Data da abertura	Prazo	Total disponível	2012	2011	2010
Linhas de crédito rotativos							
Linhas de créditos rotativos - Vale/ Vale International/ Vale Canada	US\$	Abril 2011	5 anos	6.131	-	-	-
Linhas de crédito							
Nippon Export and investment Insurance ("Nexi")	US\$	Maio 2008 * (a)	5 anos **	4.087	613	613	307
Japan Bank for International Cooperation ("JBIC")	US\$	Maio 2008 * (b)	5 anos **	6.131	-	-	-
BNDES	R\$	Abril 2008 * (c)	5 anos **	7.300	3.582	2.795	1.922
Empréstimos							
Export-Import Bank of China e Bank of China Limited	US\$	Setembro 2010 (d)	13 anos	2.511	1.710	954	595
Export Development Canada ("EDC")	US\$	Outubro 2010 (e)	10 anos	2.044	1.992	1.022	511
Korean Trade Insurance Corporation ("K-Sure")	US\$	Agosto 2011 (f)	12 anos	1.079	836	329	-
BNDES							
Vale Fertilizantes	R\$	Novembro 2009 (g)	9 anos	40	40	36	36
PSI 4,50%	R\$	Junho 2010 (h)	10 anos	774	700	528	205
Vale Fertilizantes	R\$	Outubro 2010 (i)	8 anos	247	225	222	185
PSI 5,50%	R\$	Março 2011 (j)	10 anos	103	87	87	-
CLN 150	R\$	setembro 2012 (k)	10 anos	3.883	2.109	-	-
Vale Fertilizantes	R\$	Outubro 2012 (l)	6 anos	89	89	-	-
PSI 2,50%	R\$	Dezembro 2012 (m)	10 anos	182	-	-	-

* Data da assinatura do Memorandum of Understanding ("MOU").

** O prazo para aplicação de projetos a serem financiados é de 5 anos.

- (a) Projetos de mineração, logística e geração de energia. Através da subsidiária PT Vale Indonesia Tbk (PTVI), a Vale solicitou o financiamento, no montante de US\$ 300 milhões, para a construção da usina hidrelétrica de Karebbe (Indonésia) e desembolsou integralmente a linha.
- (b) Projetos de mineração, logística e geração de energia.
- (c) Linha de crédito para financiamento de projetos. O prazo dos financiamentos de 10 anos é contado a partir da data de assinatura de cada aditivo.
- (d) Aquisição de doze navios de grande porte para o transporte de minério junto a estaleiro chinês.
- (e) Financiamento aos investimentos feitos no Canadá e à aquisição de bens e serviços canadenses.
- (f) Aquisição de cinco navios de grande porte e dois navios capesizes junto a dois estaleiros coreanos. Prazo para repagamento é contado a partir da entrega de cada navio.
- (g) Armazenamento de gesso na unidade industrial de Uberaba.
- (h) Aquisição de equipamentos nacionais.
- (i) Expansão das capacidades de produção de ácidos fosfórico e sulfúrico na unidade industrial de Uberaba (Fase III)
- (j) Aquisição de equipamentos nacionais.
- (k) Projeto Capacitação Logística Norte 150 (CLN 150).
- (l) Suplementação de recursos à expansão das capacidades de produção de ácidos fosfórico e sulfúrico na unidade industrial de Uberaba (Fase III)
- (m) Aquisição de vagões pela VLI Multimodal.

d) Garantias

Em 31 de dezembro de 2012, da dívida total da Companhia, R\$ 2.963 (US\$ 1.450 milhão) do total agregado do saldo de empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens e recebíveis.

e) Covenants

Nossos principais *covenants* nos obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA e de cobertura de juros. Não identificamos nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2012.

18 - Provisões para processos judiciais

A Vale e suas controladas são partes envolvidas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

Consolidado				
Exercícios findos em				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais
Saldo em 1º de janeiro de 2012	1.224	455	1.405	61
Adições	1.175	285	638	22
Reversões	(155)	(111)	(374)	(11)
Pagamentos	(318)	(74)	(63)	(4)
Atualizações monetárias	113	20	(67)	2
Transferência de ativos disponíveis para venda	-	-	(5)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.039	575	1.534	70

Consolidado				
Exercícios findos em				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais
Saldo em 1º de janeiro de 2011	1.249	848	1.234	78
Adições	69	121	711	11
Reversões	(85)	(349)	(155)	(16)
Pagamentos	(57)	(154)	(377)	(26)
Atualizações monetárias	48	(11)	(8)	14
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.224	455	1.405	61

Controladora				
Exercícios findos em				
Passivos não circulantes	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais
Saldo em 1º de janeiro de 2012	442	223	1.217	46
Adições	1.129	107	581	7
Reversões	(127)	(48)	(384)	(8)
Pagamentos	(312)	(51)	(38)	(4)
Atualizações monetárias	81	16	(12)	2
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.213	247	1.364	43

Controladora				
Exercícios findos em				
Passivos não circulantes	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais
Saldo em 1º de janeiro de 2011	325	680	1.072	31
Adições	37	57	660	11
Reversões	(2)	(349)	(145)	-
Pagamentos	(7)	(143)	(347)	(15)
Atualizações monetárias	89	(22)	(23)	19
Saldo em 31 de dezembro de 2011	442	223	1.217	46

Provisões para processos tributários - As naturezas das causas tributárias referem-se substancialmente a discussões sobre a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais ("CFEM") e indeferimentos de pedidos de compensação de créditos na liquidação de tributos federais no Brasil, e impostos sobre atividades minerárias no exterior. As demais se referem a cobranças de Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário ("AITP") e questionamentos sobre a localidade de incidência para fins de Imposto sobre Serviços ("ISS").

Em setembro de 2012, a Companhia alterou para provável o prognóstico de perda da tese de dedução dos gastos de transporte da base de cálculo da CFEM, acrescentando à provisão o montante de R\$1,1 bilhão. No quarto trimestre de 2012, foram pagos R\$301 de CFEM sobre a tese de transporte. Em 31 de dezembro de 2012, o montante total no passivo relativo ao CFEM foi R\$1.060.

Provisões para processos cíveis - As ações cíveis estão relacionadas às reclamações de Companhias contratadas por perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos e outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras, ainda, relacionadas a indenização pecuniária em ação reivindicatória.

Provisões para processos trabalhistas - Contingências trabalhistas consistem principalmente de horas “intínere”, adicional de periculosidade e insalubridade e reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias. Inseridas nesse contexto estão as contingências previdenciárias, porque decorrem de parcelas com natureza trabalhista, tratando-se de discussões judiciais e administrativas entre o Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”) e a Vale, cujo cerne é a incidência, ou não, dos encargos previdenciários.

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Processos tributários	889	771	736	549	474
Processos cíveis	350	283	683	286	184
Processos trabalhistas	1.845	1.671	1.457	1.629	1.425
Processos ambientais	11	10	8	10	8
Total	3.095	2.735	2.884	2.474	2.091

A Companhia discute nas esferas administrativa e judicial ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes possíveis contingentes estão assim representados:

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Processos tributários	33.702	33.569	2.854	30.675	30.814
Processos cíveis	2.296	2.772	1.806	1.784	1.567
Processos trabalhistas	3.531	3.592	3.277	3.053	3.348
Processos ambientais	3.417	2.010	38	3.388	2.009
Total	42.946	41.943	7.975	38.900	37.738

O mais relevante dentre os processos tributários classificados como de risco de perda possível, se refere, ao processo contra a Vale para a cobrança do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o ganho de equivalência patrimonial sobre controladas no exterior.

A Receita Federal do Brasil entende que a Companhia deve pagar tais tributos sobre o lucro de suas controladas e coligadas estrangeiras, reconhecido pela controladora pelo método de equivalência patrimonial. A posição da Receita Federal está baseada no artigo 74 da Medida Provisória 2.158-35/2001, uma regra tributária emitida em 2001 pelo presidente brasileiro, e em interpretações normativas emitidas da própria Receita Federal. A Companhia recebeu cinco autos de infração, que em 31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$ 12 bilhões (R\$ 12 bilhões em 31 de dezembro de 2011) em presumida diferença dos tributos impostos de acordo com o Artigo 74 da MP 2.158, para os anos entre 1996 e 2008, adicionados a juros e multa no total de R\$ 19 bilhões em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 18 bilhões em 31 de dezembro de 2011), totalizando um montante de R\$ 31 bilhões (R\$ 30 bilhões em 31 de dezembro de 2011).

19 - Obrigações para desmobilização de ativos

A Companhia utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foram de 5,03% a.a. e 5,82% a.a., respectivamente. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto acrescido do índice de inflação ("IGP-M") do período, em referência.

A variação na provisão para desmobilização de ativos está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo no início do exercício	3.563	2.528
Acréscimo de despesas	333	211
Liquidação financeira no exercício corrente	(28)	(95)
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	1.598	815
Ajustes acumulados de conversão	149	104
Saldo no final do exercício	5.615	3.563
Circulante	143	136
Não circulante	5.472	3.427
	5.615	3.563

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo no início do exercício	1.116	805
Acréscimo de despesas	154	102
Liquidação financeira no exercício corrente	(4)	(52)
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	359	261
Saldo no final do exercício	1.625	1.116
Circulante	-	21
Não circulante	1.625	1.095
	1.625	1.116

20 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia analisou o potencial impacto fiscal associado aos lucros não distribuídos de cada uma de nossas subsidiárias. Para aquelas em que os lucros não distribuídos são destinados a serem reinvestidos indefinidamente, o imposto diferido não é reconhecido. Os lucros não distribuídos das subsidiárias consolidadas nos quais nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido por possíveis remessas futuras à Controladora, totalizaram aproximadamente R\$ 54.766 (US\$ 26.800 milhões) em 31 de dezembro de 2012 e R\$49.140 (US\$26.300 milhões) em 31 de dezembro de 2011. Esses valores são considerados permanentemente como reinvestimentos no negócio internacional da Companhia. Não é possível determinar o valor do imposto de renda diferido passivo associado a estes montantes. Se a Companhia decidisse repatriar esses ganhos, haveria vários métodos de avaliação disponíveis, e cada um com consequências fiscais diferentes. Haveria também a incerteza quanto ao momento e o montante, se fosse o caso, de créditos fiscais estrangeiros que estariam disponíveis, cujo cálculo é dependente do momento de repatriação e projeções de importantes eventos futuros e incertos. A grande variedade de potenciais resultados que podem ser gerados devido a esses fatores, entre outros, torna impraticável calcular o montante do imposto que hipoteticamente seria reconhecido nesses ganhos se eles fossem repatriados.

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às Companhias em geral. Os saldos diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado fiscal a compensar	2.604	1.709	1.266	-	-
Diferenças temporárias:					
Fundo de pensão	922	891	1.223	93	134
Provisão para processos judiciais	1.173	872	945	1.062	708
Provisão para perdas em ativos	1.727	1.478	946	853	748
Valor justo dos instrumentos financeiros	1.647	991	631	1.647	994
Mais valia vinculada ao imobilizado adquirido	(10.279)	(12.290)	(11.543)	-	-
Valor recuperável de ativos	3.206	-	-	2.575	-
Outras	(620)	(726)	(459)	(672)	(475)
Total	380	(7.075)	(6.991)	5.558	2.109
Contribuição social	-	-	(3.574)	-	-
Total	380	(7.075)	(10.565)	5.558	2.109
Ativo	8.134	3.539	2.263	5.558	2.109
Passivo	(7.754)	(10.614)	(12.828)	-	-
	380	(7.075)	(10.565)	5.558	2.109

A movimentação dos tributos diferidos apresenta-se como segue:

	Consolidado			Controladora
	Ativo	Passivo	Total	Ativo
Saldo em 1º de janeiro de 2011	2.263	12.828	(10.565)	(1.785)
Efeitos no Resultado	1.085	525	560	299
Aquisição subsidiárias	-	128	(128)	-
Ajustes acumulados de conversão de moedas	170	707	(537)	-
Diferimento da Contribuição social	-	(3.574)	3.574	3.574
Outros resultados abrangentes	21	-	21	21
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.539	10.614	(7.075)	2.109
Efeitos no Resultado	1.238	(538)	1.776	816
Valor recuperável de ativos	3.319	-	3.319	2.642
Aquisição subsidiárias	(36)	(411)	375	-
Ajustes acumulados de conversão de moedas	87	622	(535)	-
Reversão de imposto de renda diferido	-	(2.533)	2.533	-
Outros resultados abrangentes	(13)	-	(13)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	8.134	7.754	380	5.558

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores apresentam as seguintes expectativas:

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda diferido					
a ser recuperado em até 12 meses	727	581	433	466	316
a ser recuperado depois de 12 meses	(347)	(7.656)	(10.998)	5.092	1.793
	380	(7.075)	(10.565)	5.558	2.109

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável nos exercícios apresentados é de 34%. Em outros países, onde temos operações, estamos sujeitos a várias taxas, dependendo da jurisdição.

O total demonstrado como resultado de imposto de renda nas demonstrações contábeis consolidadas está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.592	45.922
(-) Redução no valor recuperável de investimentos	2.198	-
Resultado de participações societárias	(1.241)	(1.857)
Efeito tributário decorrente de moeda funcional não tributada	346	43
	7.895	44.108
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação - 34%	(2.684)	(14.997)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	2.601	2.776
Incentivos fiscais	393	1.195
Resultados de empresas no exterior tributadas a alíquotas diferentes às da controladora	352	2.315
Dedutibilidade contribuição social paga	-	886
Reversão de imposto de renda Diferido	(445)	(485)
Reversão de imposto de renda Diferido (vide nota 6b)	2.533	-
Imposto de Renda diferido - valor recuperável de ativos	-	-
Outros	(109)	(204)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.641	(8.514)

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.768	44.186
Resultado de participações societárias	(576)	(9.996)
	9.192	34.190
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação - 34%	(3.125)	(11.625)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	2.601	2.755
Incentivos fiscais	390	1.188
Dedutibilidade contribuição social paga	-	886
Outros	100	424
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(34)	(6.372)

A Vale, no Brasil, possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações nas regiões norte e nordeste com ferro, pelotas (a partir de 2011), ferrovia, manganês, cobre e potássio. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiados para cada produto, e, no geral são por 10 anos e no caso da Companhia, expiram até 2020. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

Alem deste, parte do imposto de renda devido pode ser reinvestido na aquisição de equipamentos na operação incentivada, sujeita a aprovação posterior pela agência reguladora da área incentivada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"). Quando aprovado o reinvestimento, o benefício fiscal é também apropriado em uma reserva de lucros, com impedimento a distribuição como dividendos aos acionistas.

A Vale tem ainda incentivos de impostos relacionados a produção de níquel da Vale Nova Caledônia ("VNC"). Estes incentivos fiscais incluem isenções temporárias, totais do imposto de renda, durante a fase de construção do projeto, e, também, por um período de 15 anos iniciando-se no primeiro ano da produção comercial, conforme definido pela legislação aplicável, seguido por 5 anos com 50%. Além disto, a VNC está qualificada para determinadas isenções de impostos indiretos tais como taxa de importação durante a fase de construção e durante toda a vida comercial do projeto. Alguns destes benefícios fiscais, incluindo incentivos fiscais temporários, estão sujeitos a uma interrupção antecipada, caso o projeto alcance uma taxa acumulada específica de retorno. A VNC está sujeita a tributação de uma parte do lucro começando no primeiro ano em que a produção comercial for atingida, conforme definido pela legislação aplicável. Até o momento, não foi gerado nenhum lucro tributável na Nova Caledônia. A Companhia também obteve incentivo fiscal para os projetos em Moçambique, Omã e Malásia.

A Vale está sujeita a revisão do imposto de renda pelas autoridades fiscais locais, por até cinco anos nas empresas que operam no Brasil, dez anos para operações na Indonésia e até sete anos para companhias com operações no Canadá.

21. Obrigações com Benefícios a Funcionários

a) Obrigações com Benefícios de Aposentadoria

No Brasil, a gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("Valia"), entidade fechada sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os empregados da Companhia, participantes da Valia, estão associados a Plano de Contribuição Variável (Plano de Benefício Vale Mais e Plano de Benefício Valiaprev), com um componente de benefício definido (específico para cobertura por morte e aposentadoria por invalidez) e outro de contribuição definida (para benefícios programáveis). No caso de benefício definido, o valor é previamente estabelecido, com atualização atuarial, de forma a assegurar sua concessão. Já no caso da contribuição definida, o valor é permanentemente ajustado, de acordo com os recursos mantidos em favor do participante.

A Companhia também mantém o patrocínio de um plano de previdência complementar com características de benefício definido, que cobre quase que exclusivamente aposentados e seus beneficiários, em decorrência da migração de mais de 98% dos empregados ativos para o plano Vale Mais em maio de 2000. Este plano foi financiado pelas contribuições mensais realizadas pela Companhia e participantes, calculados com base em avaliações atuariais periódicas.

Adicionalmente, um grupo específico de ex-empregados tem direito a pagamentos suplementares aos benefícios normais da VALIA, através do chamado Abono Complementação, acrescido de benefício pós-aposentadoria de assistência médica, odontológica e farmacêutica.

A Companhia também possui planos de benefícios definidos, e outros benefícios pós-emprego administrados por outras fundações e entidades de seguridade social que, em conjunto, cobrem todos os seus empregados.

As informações a seguir detalham o status dos elementos de benefício definido de todos os planos, bem como os custos a eles relacionados.

Os resultados da avaliação atuarial estão assim representados:

i. Evolução do valor presente das obrigações

	Consolidado			Controladora		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações em 1º de janeiro de 2011	6.036	8.820	2.500	5.276	2.767	387
Passivo inicial reconhecido com novas consolidações						
Custo do serviço corrente	2	148	52	-	28	5
Custo dos juros	650	631	160	573	304	42
Benefícios pagos	(494)	(688)	(138)	(441)	(166)	(41)
Ajuste no plano	-	4	-	-	-	-
Transferências líquidas	-	26	-	-	-	-
Alteração das hipóteses	-	(44)	(52)	-	-	-
Perda (ganho) atuarial	444	(210)	192	404	(4)	78
Efeitos de variações cambiais	-	561	200	-	-	-
Valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2011	6.638	9.248	2.914	5.812	2.929	471
Passivo inicial reconhecido com novas consolidações						
Custo do serviço corrente	-	196	66	-	52	7
Custo dos juros	603	731	185	603	322	50
Benefícios pagos	(463)	(851)	(149)	(463)	(178)	(49)
Ajuste no plano	-	(6)	(68)	-	1	(52)
Transferências líquidas	(826)	826	-	-	-	-
Alteração das hipóteses	-	(228)	(48)	-	-	-
Perda atuarial	1.338	1.560	310	1.338	1.002	223
Efeitos de variações cambiais	-	757	286	-	-	-
Valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2012	7.290	12.233	3.496	7.290	4.128	650

	Consolidado			Controladora		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor justo dos ativos em 1º de janeiro de 2011	9.307	7.741	22	8.493	2.482	-
Ativo inicial reconhecido com novas consolidações						
Rendimento real dos ativos	1.097	388	-	994	279	-
Contribuição da patrocinadora	4	964	138	1	242	41
Benefícios pagos	(494)	(690)	(138)	(441)	(166)	(41)
Perda (ganho) atuarial	(242)	13	-	(331)	11	-
Liquidação antecipada do plano	-	(44)	(18)	-	-	-
Efeitos de variações cambiais	-	526	(1)	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31 de dezembro de 2011	9.672	8.898	3	8.716	2.848	-
Ativo inicial reconhecido com novas consolidações						
Transferências	(956)	956	-	-	-	-
Rendimento real dos ativos	1.210	1.034	-	1.210	393	-
Contribuição da patrocinadora	1	437	149	1	281	49
Benefícios pagos	(463)	(851)	(149)	(463)	(178)	(49)
Ajuste no plano	-	5	-	-	2	-
Liquidação antecipada no plano	-	(208)	-	-	-	-
Perda atuarial	(449)	460	-	(449)	467	-
Efeitos de variações cambiais	-	727	(1)	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31 de dezembro de 2012	9.015	11.458	2	9.015	3.813	-

Uma contribuição especial foi efetuada pela Vale Canada Limited relativo ao plano de benefício definido deficitário no montante de R\$ 588 em 2011. A contribuição foi efetuada para proporcionar índices adequados que suprirá a Vale Canada Limited com mais adequadas necessidades de financiamento para 2011 a 2013.

Os ativos dos planos administrados pela Valia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem investimentos em carteira de ações da Vale no valor de R\$ 613 e R\$ 636 respectivamente, investimentos em debêntures no valor de R\$ 116 e R\$ 117 respectivamente e investimentos em ações de partes relacionadas no valor de R\$ 4 e R\$ 157 respectivamente. Eles também incluem em 31 de dezembro de 2012 e 2011, R\$ 7.953 e R\$ 6.637 respectivamente de títulos e valores mobiliários do governo federal. Os ativos dos

planos de pensão da Vale Canadá Limited estão aplicados em títulos e valores mobiliários do governo do Canadá e em 31 de dezembro de 2012 e 2011, montam R\$ 987 e R\$ 1.219, respectivamente. Os ativos dos planos, vinculados aos ativos de fertilizantes, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão em títulos e valores mobiliários do governo federal no valor de R\$ 390 e R\$ 278, respectivamente.

ii. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no final do exercício	(7.290)	(12.233)	(3.496)	(6.638)	(9.248)	(2.914)	(6.037)	(8.849)	(2.561)
Valor justo dos ativos no final do exercício	9.015	11.458	2	9.672	8.898	3	9.306	7.738	22
Valor líquido dos (ganhos) e perdas não reconhecidos no balanço	-	500	194	-	(75)	174	-	(57)	57
Efeito do limite do parágrafo 65 do CPC 33	(1.725)	-	-	(3.034)	-	-	(3.269)	-	-
Total	-	(275)	(3.300)	-	(425)	(2.737)	-	(1.168)	(2.482)
Ativo/Passivo atuarial líquido provisionado									
Ativo circulante	-	235	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	-	(238)	(182)	-	(172)	(144)	-	(163)	(150)
Passivo não circulante	-	(272)	(3.118)	-	(253)	(2.593)	-	(1.005)	(2.332)
Total	-	(275)	(3.300)	-	(425)	(2.737)	-	(1.168)	(2.482)

	Controladora					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no final do exercício	(7.290)	(4.128)	(650)	(5.812)	(2.929)	(471)
Valor justo dos ativos no final do exercício	9.015	3.813	-	8.716	2.848	-
Valor líquido dos (ganhos) e perdas não reconhecidos no balanço	-	371	65	-	(74)	79
Efeito do limite do parágrafo 65 do CPC 33	(1.725)	-	-	(2.904)	-	-
Total	-	56	(585)	-	(155)	(392)
Ativo/Passivo atuarial líquido provisionado						
Ativo circulante	-	235	-	-	-	-
Passivos circulante	-	(179)	(41)	-	(120)	(21)
Passivos não circulante	-	-	(544)	-	(35)	(371)
Total	-	56	(585)	-	(155)	(392)

iii. Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo de serviço corrente	39	157	66	2	147	50
Juros sobre as obrigações atuariais	771	686	189	650	630	160
Rendimento esperado dos ativos	(1.423)	(825)	-	(1.097)	(640)	(2)
Amortizações e (ganhos) e perdas líquidos (parágrafo 65)	1.786	183	153	761	46	(11)
Transferências	(22)	22	-	-	-	-
Efeito do limite do parágrafo 65 do CPC 33	(1.151)	-	-	(314)	-	-
Total dos custos líquidos	-	223	408	2	183	197

Controladora						
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo de serviço corrente	39	13	7	-	28	5
Juros sobre as obrigações atuariais	771	265	50	573	304	42
Rendimento esperado dos ativos	(1.423)	(319)	-	(994)	(277)	-
Amortizações e (ganhos) e perdas líquidos (parágrafo 58 a)	1.786	89	185	735	-	48
Transferências	(22)	22	-	-	-	-
Efeito do limite do parágrafo 65 do CPC 33	(1.151)	-	-	(314)	-	-
Total dos custos líquidos	-	70	242	-	55	95

iv. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. Portanto, no curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

Brasil (a.a.)						
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto para determinar a obrigação atuarial	8.90% a.a.	9.04% a.a.	9.05% a.a.	10,78% a.a.	10,30% a.a.	10,30% a.a.
Taxa de desconto para determinar a despesa/(receita)	8.90% a.a.	9.45% a.a.	9.40% a.a.	10,78% a.a.	10,30% a.a.	10,30% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12.48% a.a.	12.55% a.a.	N/A	14.25% a.a.	13.79% a.a.	N/A
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	8,15% a.a.	8,15% a.a.	N/A	8,15% a.a.	N/A	N/A
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	5,00% a.a.	5,00% a.a.	N/A	5,00% a.a.	5,00% a.a.	N/A
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	8,15% a.a.	N/A	N/A	8,15% a.a.

Exterior (a.a.)				
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto para determinar a obrigação atuarial	4.16% a.a.	4.20% a.a.	5,43%	5,43%
Taxa de desconto para determinar a despesa/(receita)	5,08% a.a.	4.20% a.a.	5,43%	5,43%
Taxa de retorno esperado dos ativos	6,21% a.a.	6,50% a.a.	6,51%	6,51%
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	4,04% a.a.	3,00% a.a.	4,10%	4,10%
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	4,04% a.a.	3,00% a.a.	4,10%	4,10%
Inflação	2,00% a.a.	2,00% a.a.	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7.01% a.a.	N/A	N/A

v. Sumário de dados dos participantes:

Consolidado						
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Número de participantes ativos	14	81.324	11.727	202	67.951	74.729
Idade média	52	36	40	50	36	36
Tempo médio de serviço	28	7	7	27	7	8
Número de participantes com benefício diferido (i)	-	6.519	-	-	5.815	-
Idade média	-	47	-	-	39	-
Número de aposentados e pensionistas	16.740	19.253	31.737	18.380	18.189	32.633
Idade média	67	70	68	66	71	64

Controladora

	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Número de participantes ativos	14	63.735	-	14	54.179	65.047
Idade média	52	34,5	-	51	35	35
Tempo médio de serviço	27,7	6,1	-	27	7	7
Número de participantes com benefício diferido (i)	-	5.107	-	-	4.141	-
Idade média	-	47	-	-	35	-
Número de aposentados e pensionistas	16.740	3.267	7.144	16.901	3.167	7.516
Idade média	67,4	64,8	60,7	67,0	65,0	45,0

(i) Empregados desligados da Companhia mantendo o direito ao plano.

vi. Ativos dos planos

Planos brasileiros

A política de investimentos dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia, para os trabalhadores brasileiros, está baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo, retornos esperados e gestão de ativos e passivos apresentados no Relatório de Avaliação Atuarial preparado pelas consultorias atuariais externas. Foi elaborada uma política de investimentos como resultado deste estudo de alocação estratégica.

A alocação de investimentos dos planos está em conformidade com a legislação local de fundos de pensão determinada pelo CMN – Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN 3.792). Os investimentos podem se dar em seis classes de ativos diferentes, definidos como segmentos pela legislação, a saber: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações com Participantes (Empréstimos), seguindo políticas de investimentos aprovadas.

As políticas de investimento tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, receita e valorização de longo prazo, através da combinação de todas as classes de ativos para cumprir as obrigações dos diversos planos com nível adequado de risco.

O fundo de pensão dispõe de um processo de gestão de riscos com políticas estabelecidas que visa identificar, medir e controlar todo tipo de risco a que estão expostos os planos de benefícios, tais como: risco de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, sistêmico e legal.

Planos no exterior

A estratégia para cada um dos planos de pensão patrocinado pela Vale Canadá Limited é baseada em uma combinação de práticas locais e características específicas dos planos de pensão em cada país, incluindo a estrutura do passivo, o risco versus comércio é recompensado entre diferentes classes de ativos e a liquidez necessária para satisfazer pagamentos de benefícios.

vii. Planos de pensão superavitários

O Plano de Benefício Definido (“BD”) tem a maior parte de seus ativos alocados em renda fixa, principalmente em títulos federais de longo prazo e títulos privados, ambos indexados a inflação com o objetivo de reduzir a volatilidade do ativo e do passivo. A alocação limite para estes investimentos indexados à inflação é de 55% dos ativos totais. Esta estratégia de investimentos, quando considerada em conjunto com o segmento de operações com participantes (empréstimos), visa constituir uma proteção dos passivos do plano contra os riscos de inflação e volatilidade da relação entre ativo e passivo. Este plano teve um rendimento médio nominal de 20% a.a, nos últimos 12 anos. Os segmentos ou classes de ativos têm os seus alvos de alocação, como segue:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Investimentos em renda fixa	56,00%	57,00%
Investimentos em renda variável	25,00%	24,00%
Investimentos estruturados	6,00%	6,00%
Investimentos no exterior	1,00%	1,00%
Imóveis	8,00%	8,00%
Operações com participantes (empréstimos)	4,00%	4,00%

O Plano Vale Mais tem obrigações com características de planos de benefício definido e de contribuição definida. A maior parte dos investimentos está em renda fixa. Para reduzir a volatilidade dos componentes do ativo e do passivo da parcela com características de benefício definido, deste plano, também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação. A alocação alvo para esta estratégia é de 55% dos ativos deste sub-plano. A alocação

alvo do plano Vale Mais para os segmentos ou classes de ativos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Investimentos em renda fixa	55,00%	56,00%
Investimentos em renda variável	24,00%	24,00%
Investimentos estruturados	3,50%	3,50%
Investimentos no exterior	0,50%	0,50%
Imóveis	7,00%	6,00%
Operações com participantes (empréstimos)	0,00%	10,00%

A parcela com características de contribuição definida do Plano Vale Mais oferece quatro opções de combinação de classes de ativos que podem ser escolhidas pelos participantes. As opções incluem: 100 % em renda fixa, 80% de renda fixa e 20% renda variável, 65% de renda fixa e 35% renda variável e 60% em renda fixa e 40% em renda variável. A gestão da renda variável é feita através de fundo de investimento que tem o Índice Bovespa como referência.

Os ativos por categoria são demonstrados como segue:

	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011				Consolidado			
Ativos por categoria	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	10
Contas a receber	10	-	-	10	28	-	-	28	135	-	-	135
Títulos em ações	2.305	1	-	2.306	2.391	146	-	2.537	2.201	125	-	2.326
Título de dívida	-	557	-	557	-	832	-	832	-	700	-	700
Título de dívida do governo	4.037	-	-	4.037	3.442	-	-	3.442	3.522	-	-	3.522
Fundo de investimento em renda fixa	3.430	-	-	3.430	2.879	-	-	2.879	2.683	-	-	2.683
Fundo de investimento em ações	516	-	-	516	538	-	-	538	855	-	-	855
Fundo de investimento internacional	28	-	-	28	21	-	-	21	38	-	-	38
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	393	393	-	-	331	331	-	-	213	213
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	17	17	-	-	37	37	-	-	32	32
Empreendimento imobiliário	-	-	935	935	-	-	748	748	-	-	480	480
Empréstimo de participantes	-	-	398	398	-	-	343	343	-	-	303	303
Total	10.326	558	1.743	12.627	9.299	978	1.459	11.736	9.444	825	1.028	11.297
Fundos não relacionados aos planos de risco				(3.612)				(2.064)				(1.991)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício				9.015				9.672				9.306

	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011				Controladora			
Ativos por categoria	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Contas a receber	10	-	-	10	28	-	-	28	-	-	-	-
Títulos em ações	2.305	1	-	2.306	2.093	146	-	2.239	-	-	-	-
Título de dívida	-	557	-	557	-	782	-	782	-	-	-	-
Título de dívida do governo	4.037	-	-	4.037	3.246	-	-	3.246	-	-	-	-
Fundo de investimento em renda fixa	3.430	-	-	3.430	2.636	-	-	2.636	-	-	-	-
Fundo de investimento em ações	516	-	-	516	498	-	-	498	-	-	-	-
Fundo de investimento internacional	28	-	-	28	21	-	-	21	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	393	393	-	-	-	-	-	-	258	258
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	17	17	-	-	-	-	-	-	32	32
Empreendimento imobiliário	-	-	935	935	-	-	-	-	-	-	708	708
Empréstimo de participantes	-	-	398	398	-	-	-	-	-	-	332	332
Total	10.326	558	1.743	12.627	8.522	928	1.330	10.780				
Fundos não relacionados aos planos de risco				(3.612)				(2.064)				
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício				9.015				8.716				

Mensuração de ativos dos planos superavitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado – nível 3

	Fundo de investimentos de empresas não listadas				Fundo de empréstimos imobiliários				Empreendimentos imobiliários				Empréstimos de participantes				Consolidado			
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2011	213	32	480	303	1.028															
Retorno atual dos ativos do plano	(12)	1	133	39	161															
Ativos vendidos durante o exercício	(2)	-	(36)	(119)	(157)															
Ativos comprados e liquidados	59	-	171	120	350															
Transferências entre níveis	73	4	-	-	77															
Em 31 de dezembro de 2011	331	37	748	343	1.459															
Retorno atual dos ativos do plano	25	(15)	235	50	295															
Ativos vendidos durante o exercício	(36)	-	(61)	(165)	(262)															
Ativos comprados e liquidados	146	-	53	181	380															
Transferências entre níveis	(73)	(5)	(40)	(11)	(129)															
Em 31 de dezembro de 2012	393	17	935	398	1.743															

	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Em 1º de janeiro de 2011	213	31	438	292	974
Retorno atual dos ativos do plano	(12)	1	132	40	161
Ativos vendidos durante o exercício	(2)	-	(33)	(119)	(154)
Ativos comprados e liquidados	59	-	171	119	349
Em 31 de dezembro de 2011	258	32	708	332	1.330
Retorno atual dos ativos do plano	25	(15)	235	50	295
Ativos vendidos durante o exercício	(36)	-	(61)	(165)	(262)
Ativos comprados e liquidados	146	-	53	181	380
Em 31 de dezembro de 2012	393	17	935	398	1.743

A meta de retorno para investimentos em empresas não listadas em 2013 é de 11% a.a. para o plano (BD) e 11% a.a. para o plano Vale Mais. A alocação alvo para o plano de benefício definido (BD) é de 6%, com uma variação entre 2% e 10% e 3,5% para o plano Vale Mais, com uma variação entre 1% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de longo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez se aproxima do custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2013 é de 12% a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2013 é de 12% a.a. O valor justo destes ativos se aproxima do valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

viii. Planos de pensão deficitários

Planos Brasileiros

A obrigação com o plano tem sua alocação exclusiva em títulos de renda fixa. Também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação, com o objetivo de minimizar a volatilidade do ativo e do passivo e reduzir o risco de inflação. Este plano teve um rendimento médio nominal de 17% a.a. nos últimos 7 anos.

Planos no exterior

Para todos os planos de pensão, exceto os da PT International Nickel Indonésia Tbk, a meta de alocação dos ativos é de 60% em investimentos em ações e 40% em investimentos de renda fixa, com todos os valores mobiliários negociados nos mercados públicos. Os Investimentos em renda fixa estão em títulos nacionais para o mercado de cada plano, e envolve uma mistura de títulos do governo e títulos de corporações. Os investimentos em ações são essencialmente de natureza global e envolvem uma mistura de grandes, médias e pequenas empresas de capitalização, com um investimento modesto explícito em ações nacionais para cada plano. Os planos canadenses também usam uma estratégia de proteção cambial “*hedge*” (cada um que desenvolveu exposição cambial de 50% é coberto), devido ao grande risco de títulos estrangeiros. Para a PT International Nickel Indonésia Tbk, a meta de alocação de investimento em ações é de 20% e o restante em renda fixa.

Os ativos por categoria são demonstrados como segue:

	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011				1º de janeiro de 2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos por categoria												
Caixa e equivalentes	113	69	-	182	36	44	-	80	37	50	-	87
Contas a receber	9	-	-	9	22	-	-	22	33	-	-	33
Títulos em ações	3.200	39	-	3.239	2.571	113	-	2.684	2.704	8	-	2.712
Título de dívida	-	1.043	-	1.043	-	594	-	594	-	292	-	292
Título de dívida do governo	1.041	989	-	2.030	605	1.171	-	1.776	616	693	-	1.309
Fundo de investimento em renda fixa	3.258	871	-	4.129	2.225	1.061	-	3.286	1.798	1.200	-	2.998
Fundo de investimento em ações	1.042	842	-	1.884	610	703	-	1.313	512	577	-	1.089
Fundo de investimento internacional	9	-	-	9	3	4	-	7	5	5	-	10
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	88	88	-	-	31	31	-	-	25	25
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	1	1	-	-	2	2	-	-	2	2
Empreendimento imobiliário	-	-	282	282	-	-	153	153	-	-	62	62
Empréstimo de participantes	-	-	422	422	-	-	301	301	-	-	252	252
Total	8.672	3.853	793	13.318	6.072	3.690	487	10.249	5.705	2.825	341	8.871
Fundos não relacionados aos planos de risco				(1.860)				(1.351)				(1.131)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício				11.458				8.898				7.740

	Controladora							
	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos por categoria								
Caixa e equivalentes	1	-	-	1	4	-	-	4
Contas a receber	1	-	-	1	2	-	-	2
Titulos em ações	414	-	-	414	271	110	-	381
Titulos em ações – não líquido	-	332	-	332	-	-	-	-
Título de dívida	-	-	-	-	-	212	-	212
Título de dívida do governo	653	-	-	653	555	-	-	555
Fundo de investimento em renda fixa	3.040	-	-	3.040	2.084	-	-	2.084
Fundo de investimento em ações	485	-	-	485	471	-	-	471
Fundo de investimento internacional	5	-	-	5	3	-	-	3
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	88	88	-	-	31	31
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	1	1	-	-	2	2
Empreendimento imobiliário	-	-	231	231	-	-	153	153
Empréstimo de participantes	-	-	422	422	-	-	301	301
Total	4.599	332	742	5.673	3.390	322	487	4.199
Fundos não relacionados aos planos de risco				(1.860)				(1.351)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício				3.813				2.848

Mensuração de ativos dos planos deficitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado – nível 3

Consolidado					
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Em 1º de janeiro de 2011	25	2	62	252	341
Retorno atual dos ativos do plano	(3)	-	15	52	64
Ativos vendidos durante o exercício	-	-	(3)	(99)	(102)
Ativos comprados e liquidados	9	-	79	96	184
Em 31 de dezembro de 2011	31	2	153	301	487
Retorno atual dos ativos do plano	2	(1)	69	54	124
Ativos vendidos durante o exercício	(12)	-	(6)	(139)	(157)
Ativos comprados e liquidados	67	-	26	206	299
Transferências entre níveis	-	-	40	-	40
Em 31 de dezembro de 2012	88	1	282	422	793

Controladora					
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Em 1º de janeiro de 2011	25	2	62	252	341
Retorno atual dos ativos do plano	(3)	-	15	52	64
Ativos vendidos durante o exercício	-	-	(3)	(99)	(102)
Ativos comprados e liquidados	9	-	79	96	184
Em 31 de dezembro de 2011	31	2	153	301	487
Retorno atual dos ativos do plano	2	(1)	62	54	117
Ativos vendidos durante o exercício	(12)	-	(6)	(139)	(157)
Ativos comprados e liquidados	67	-	22	206	295
Em 31 de dezembro de 2012	88	1	231	422	742

ix. Ativos dos outros benefícios deficitários

Planos no exterior

Outros benefícios deficitários por categoria de ativo:

Consolidado							
	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos por categoria							
Caixa e equivalentes	2	-	-	2	3	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício				2			3

x. Desembolso do fluxo de caixa futuro

A Vale espera desembolsar no exercício de 2013 com os planos de pensão e outros benefícios, R\$827 no consolidado e R\$286 na controladora.

xi. Sensibilidade em relação à taxa de crescimento nominal dos custos médicos

	Consolidado			
	Aumento de 1%		Redução de 1%	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Valor presente das obrigações	735	483	(573)	(385)
Juros e custo dos serviços	61	41	(39)	(32)

	Controladora			
	Aumento de 1%		Redução de 1%	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Valor presente das obrigações	71	40	(60)	(34)
Juros e custo dos serviços	4	4	(5)	(4)

xii. Estimativa de pagamento de benefícios futuros

A tabela a seguir apresenta a expectativa de pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros, como segue:

	Consolidado			
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Total
2013	463	1.004	189	1.656
2014	478	776	196	1.450
2015	494	793	204	1.491
2016	509	808	210	1.527
2017	524	824	216	1.564
2018 em diante	2.820	4.220	1.055	8.095

	Controladora			
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Total
2013	463	197	48	708
2014	478	214	51	743
2015	494	235	55	784
2016	509	254	59	822
2017	524	274	63	861
2018 em diante	2.820	1.727	236	4.783

b) Plano de participação nos resultados

A Companhia, baseada no Programa de Participação nos Resultados ("PPR") possibilita definição, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho coletivo e individual de seus empregados.

A Participação nos Resultados na Companhia para cada Empregado é apurada individualmente de acordo com o alcance de metas previamente estabelecidas por blocos de indicadores da Companhia, das Unidades de Negócio, da Equipe e individual. A contribuição de cada bloco de desempenho na pontuação dos empregados é discutida e acordada, a cada exercício, entre a Vale e as entidades sindicais que representam os seus empregados.

A Companhia provisionou despesas/custos referente à participação no resultado conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Despesas operacionais	871	697	575	627
Custo de produtos vendidos	954	828	871	715
Total	1.825	1.525	1.446	1.342

c) Plano de incentivos de longo prazo

Com o objetivo de incentivar a visão de “acionista”, além de elevar a capacidade de retenção dos executivos e reforçar a cultura de desempenho sustentado, a Vale mantém um Plano de Remuneração a Longo Prazo para alguns dos executivos da Companhia, cobrindo ciclos de 3 anos.

De acordo com os termos do plano, os participantes, podem alocar uma parte de seus bônus anuais ao plano. A parte do bônus alocada ao plano é usada pelo executivo para comprar ações preferenciais da Vale, através de uma instituição financeira previamente definida em condições de mercado e sem nenhum benefício fornecido pela Vale.

As ações compradas pelo executivo não tem restrições e podem, de acordo com critérios próprios de cada participante, ser vendidas a qualquer momento. Contudo, as ações precisam ser mantidas por um período de três anos e os executivos precisam manter seu vínculo empregatício com a Vale durante esse período. O participante passa a ter o direito de receber da Vale, um pagamento em caixa equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado. O total de ações vinculadas ao plano em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é 4.426.046 e 3.012.538, respectivamente.

Adicionalmente, certos executivos elegíveis ao incentivo de longo prazo, têm a oportunidade de receber no final de um ciclo de três anos um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseados na avaliação de suas carreiras e fatores de desempenho medidos como um indicador de retorno total aos acionistas.

Os passivos são mensurados a valor justo na data de cada emissão do relatório, baseados em taxas do mercado.

Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, reconhecemos uma provisão de R\$178 e R\$204, respectivamente, no resultado.

22 - Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Consolidado				
31 de dezembro de 2012				
	Empréstimos e recebíveis (a)	Valor justo por meio do resultado (b)	Derivativos designados como hedge (c)	Total
Ativos Financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	11.918	-	-	11.918
Investimentos financeiros a curto prazo	-	506	-	506
Derivativos a valor justo	-	543	32	575
Contas a receber	13.885	-	-	13.885
Partes relacionadas	786	-	-	786
	26.589	1.049	32	27.670
Não Circulantes				
Partes relacionadas	833	-	-	833
Empréstimos e financiamentos	502	-	-	502
Derivativos a valor justo	-	83	10	93
	1.335	83	10	1.428
Total dos Ativos	27.924	1.132	42	29.098
Passivos Financeiros				
Circulantes				
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	9.255	-	-	9.255
Derivativos a valor justo	-	708	2	710
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	7.093	-	-	7.093
Partes relacionadas	423	-	-	423
	16.771	708	2	17.481
Não Circulantes				
Derivativos a valor justo	-	1.601	-	1.601
Empréstimos e financiamentos	54.763	-	-	54.763
Partes relacionadas	146	-	-	146
Debêntures participativas	-	3.379	-	3.379
	54.909	4.980	-	59.889
Total dos Passivos	71.680	5.688	2	77.370

(a) Instrumentos financeiros não derivativos com fluxo financeiro determinável.

(b) Instrumentos financeiros adquiridos com propósito de negociação no curto prazo.

(c) Vide nota 25(a).

Consolidado				
31 de dezembro de 2011				
	Empréstimos e recebíveis (a)	Ao valor justo por meio do resultado (b)	Derivativos designados como hedge (c)	Total
Ativos Financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	6.593	-	-	6.593
Derivativos a valor justo	-	810	302	1.112
Contas a receber	15.889	-	-	15.889
Partes relacionadas	154	-	-	154
	22.636	810	302	23.748
Não Circulantes				
Partes relacionadas	904	-	-	904
Empréstimos e financiamentos	399	-	-	399
Derivativos a valor justo	-	112	-	112
	1.303	112	-	1.415
Total dos ativos financeiros	23.939	922	302	25.163
Passivos Financeiros				
Circulantes				
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	8.851	-	-	8.851
Derivativos a valor justo	-	110	26	136
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	2.807	-	-	2.807
Empréstimos e financiamentos	40	-	-	40
Partes relacionadas	43	-	-	43
	11.741	110	26	11.877
Não Circulantes				
Derivativos a valor justo	-	1.239	-	1.239
Empréstimos e financiamentos	40.225	-	-	40.225
Partes relacionadas	171	-	-	171
Debêntures participativas	-	2.496	-	2.496
	40.396	3.735	-	44.131
Total dos passivos financeiros	52.137	3.845	26	56.008

(a) Instrumentos financeiros não derivativos com fluxo financeiro determinável.

(b) Instrumentos financeiros adquiridos com propósito de negociação no curto prazo.

(c) Vide nota 25(a).

Consolidado				
1º de janeiro de 2011				
	Empréstimos e recebíveis (a)	Ao valor justo por meio do resultado (b)	Derivativos designados como hedge (c)	Total
Ativos Financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	12.636	-	-	12.636
Investimentos financeiros a curto prazo	-	2.987	-	2.987
Derivativos a valor justo	-	54	33	87
Contas a receber	13.681	-	-	13.681
Partes relacionadas	160	-	-	160
	26.477	3.041	33	29.551
Não Circulantes				
Partes relacionadas	48	-	-	48
Empréstimos e financiamentos	273	-	-	273
Derivativos a valor justo	-	502	-	502
	321	502	-	823
Total dos ativos financeiros	26.798	3.543	33	30.374
Passivos Financeiros				
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	5.928	-	-	5.928
Derivativos a valor justo	-	58	-	58
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	4.707	-	-	4.707
Empréstimos e financiamentos	232	-	-	232
Partes relacionadas	35	-	-	35
	10.902	58	-	10.960
Não Circulantes				
Derivativos a valor justo	-	13	89	102
Empréstimos e financiamentos	35.978	-	-	35.978
Partes relacionadas	3	-	-	3
Debêntures participativas	-	2.139	-	2.139
	35.981	2.152	89	38.222
Total dos passivos financeiros	46.883	2.210	89	49.182

(a) Instrumentos financeiros não derivativos com fluxo financeiro determinável.

(b) Instrumentos financeiros adquiridos com propósito de negociação no curto prazo.

(c) Vide nota 25(a).

Controladora			
31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e recebíveis (a)	Ao valor justo por meio do resultado (b)	Total
Ativos Financeiros			
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	688	-	688
Investimentos financeiros a curto prazo	-	43	43
Derivativos a valor justo	-	500	500
Contas a receber	21.839	-	21.839
Partes relacionadas	1.347	-	1.347
	23.874	543	24.417
Não Circulantes			
Partes relacionadas	864	-	864
Empréstimos e financiamentos	188	-	188
Derivativos a valor justo	-	3	3
	1.052	3	1.055
Total dos Ativos	24.926	546	25.472
Passivos Financeiros			
Circulantes			
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	4.178	-	4.178
Derivativos a valor justo	-	558	558
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	5.328	-	5.328
Partes relacionadas	6.434	-	6.434
	15.940	558	16.498
Não Circulantes			
Derivativos a valor justo	-	1.410	1.410
Empréstimos e financiamentos	26.867	-	26.867
Partes relacionadas	29.363	-	29.363
Debêntures participativas	-	3.379	3.379
	56.230	4.789	61.019
Total dos Passivos	72.170	5.347	77.517

(a) Instrumentos financeiros não derivativos com fluxo financeiro determinável.

(b) Instrumentos financeiros adquiridos com propósito de negociação no curto prazo.

Controladora				
31 de dezembro de 2011				
	Empréstimos e recebíveis (a)	Ao valor justo por meio do resultado (b)	Derivativos designados como hedge (c)	Total
Ativos Financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	575	-	-	575
Derivativos a valor justo	-	573	1	574
Contas a receber	15.809	-	-	15.809
Partes relacionadas	2.561	-	-	2.561
	18.945	573	1	19.519
Não Circulantes				
Partes relacionadas	446	-	-	446
Empréstimos e financiamentos	158	-	-	158
Derivativos a valor justo	-	96	-	96
	604	96	-	700
Total dos ativos	19.549	669	1	20.219
Passivos Financeiros				
Circulantes				
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	3.504	-	-	3.504
Derivativos a valor justo	-	91	26	117
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	892	-	-	892
Partes relacionadas	4.959	-	-	4.959
	9.355	91	26	9.472
Não Circulantes				
Derivativos a valor justo	-	953	-	953
Empréstimos e financiamentos	18.596	-	-	18.596
Partes relacionadas	28.654	-	-	28.654
Debêntures participativas	-	2.496	-	2.496
	47.250	3.449	-	50.699
Total dos passivos	56.605	3.540	26	60.171

(a) Instrumentos financeiros não derivativos com fluxo financeiro determinável.

(b) Instrumentos financeiros adquiridos com propósito de negociação no curto prazo.

(c) Vide nota 25a.

23 - Estimativa do Valor Justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e Passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

As tabelas abaixo apresentam os ativos e passivos do consolidado e da controladora mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Consolidado								
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011	
	Nível 1	Nível 2	Total (i)	Nível 1	Nível 2	Total (i)	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros								
Circulantes								
Derivativos								
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	-	543	543	-	810	810	22	32
Designados como <i>hedge</i>	-	32	32	-	302	302	-	33
	-	575	575	-	1.112	1.112	22	65
Não Circulante								
Derivativos								
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	-	83	83	-	112	112	-	502
Designados como <i>hedge</i>	-	10	10	-	-	-	-	-
	-	93	93	-	112	112	-	502
Total de Ativos	-	668	668	-	1.224	1.224	22	567
Passivos Financeiros								
Circulantes								
Derivativos ao valor justo por meio do resultado								
Designados como <i>hedge</i>	3	705	708	1	109	110	20	38
	-	2	2	-	26	26	-	-
	3	707	710	1	135	136	20	38
Não Circulantes								
Derivativos								
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	-	1.601	1.601	-	1.239	1.239	-	14
Designados como <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	-	88
Debêntures participativas	-	3.379	3.379	-	2.496	2.496	-	2.139
	-	4.980	4.980	-	3.735	3.735	-	2.241
Total de Passivos	3	5.687	5.690	1	3.870	3.871	20	2.279

(i) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

Controladora		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Nível 2 (i)	Nível 2 (i)
Ativos Financeiros		
Circulante		
Derivativos		
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	500	573
Derivativos designados como <i>hedge</i>	-	1
	500	574
Não Circulante		
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	3	96
	3	96
Total de Ativos	503	670
Passivos Financeiros		
Circulantes		
Derivativos		
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	558	91
Derivativos designados como <i>hedge</i>	-	26
	558	117
Não Circulantes		
Derivativos		
Derivativos ao Valor justo por meio do resultado	1.410	953
Debêntures participativas	3.379	2.496
	4.789	3.449
Total de Passivos	5.347	3.566

(i) Não houve classificação de acordo com os níveis 1 e 3.

a) Método e técnicas de avaliação

i. Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado

Compreendem os derivativos não designados como *hedge* e as debêntures participativas.

- **Derivativos designados ou não como *hedge***

Os instrumentos financeiros foram avaliados calculando-se o valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos estão detalhados no tópico “curvas de mercado”.

O método de precificação utilizado no caso de opções europeias é o modelo *Black & Scholes*. Neste modelo, o valor justo do derivativo é função da volatilidade e preço do ativo subjacente, do preço de exercício da opção, da taxa de juros e do período até o vencimento. No caso das opções em que o resultado é função da média do preço do ativo subjacente em um período da vida da opção, denominadas asiáticas, utilizamos o modelo de *Turnbull & Wakeman*. Neste modelo, além dos fatores que influenciam o preço da opção no modelo de *Black & Scholes*, é considerado o período de formação do preço médio.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa pela taxa de juros da moeda em que o *swap* é denominado. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

No caso de *swaps* atrelados à Taxa de Juros a Longo Prazo (“TJLP”), o cálculo do valor justo considera a TJLP constante, ou seja, as projeções dos fluxos futuros de caixa em reais são feitas considerando a última TJLP divulgada.

Os contratos de compra ou venda de produtos, insumos e custos de venda com liquidação futura são precificados utilizando as curvas futuras de cada produto. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde os produtos são comercializados, como a *London Metals Exchange* (“LME”), a *Commodities Exchange* (“COMEX”) ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, utilizamos interpolações entre os vencimentos disponíveis.

- **Debêntures participativas**

Compreendem as debêntures emitidas por conta do processo de privatização (vide nota 29(b)), cujos valores justos são mensurados com base na abordagem de mercado, e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

ii. Ativos disponíveis para a venda

São os ativos que não são mantidos até o vencimento, por motivos estratégicos. Compreendem investimentos que são avaliados com base em preços cotados em mercados ativos quando disponíveis, ou avaliações internas baseadas no fluxo financeiro futuro esperado dos ativos.

b) Mensuração de Valor Justo Comparado ao Saldo Contábil

Para os empréstimos alocados no nível 1, o método de avaliação usado para estimar o valor justo é a abordagem de mercado para os contratos cotados no mercado secundário. E para os empréstimos alocados no nível 2, o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa *Libor* e da curva dos *Bonds* da Vale (abordagem de resultado).

Os valores justos e os saldos contábeis dos empréstimos não circulantes (líquidos de juros) são demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2012			
	Saldo contábil	Valor justo (i)	Nível 1	Nível 2
Passivos financeiros				
Empréstimos (longo prazo) (ii)	60.988	66.872	52.757	14.115
Notas perpétuas (iii)	146	146	-	146

(i) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

(ii) líquido de juros de R\$ 868

(iii) classificados em "Partes relacionadas" (Passivo não circulante)

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2011			
	Saldo contábil	Valor justo (i)	Nível 1	Nível 2
Passivos financeiros				
Empréstimos (longo prazo) (ii)	42.410	48.325	35.884	12.441
Notas perpétuas (iii)	149	149	-	149

(i) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

(ii) líquido de juros de R\$ 622

(iii) classificados em "Partes relacionadas" (Passivo não circulante)

	Consolidado			
	1º de janeiro de 2011			
	Saldo contábil	Valor justo (i)	Nível 1	Nível 2
<i>Time deposits</i>	2.987	2.987	-	2.987
Passivos financeiros				
Empréstimos (longo prazo) (ii)	40.107	42.095	32.874	9.221

(i) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

(ii) líquido de juros de R\$ 578

	Controladora (a)			
	31 de dezembro de 2012			
	Saldo contábil	Valor justo (i)	Nível 1	Nível 2
Empréstimos (longo prazo) (ii)	31.795	33.183	18.817	14.366

(i) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

(ii) líquido de juros de R\$ 400

	Controladora (a)			
	31 de dezembro de 2011			
	Saldo contábil	Valor justo (i)	Nível 1	Nível 2
Empréstimos (longo prazo) (ii)	19.209	19.719	12.010	7.710

(i) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

(ii) líquido de juros de R\$ 279

24 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social é de R\$75 bilhões correspondendo a 5.365.304.100 (3.256.724.482 ordinárias e 2.108.579.618 preferenciais) ações escriturais, sem valor nominal.

Acionistas	31 de dezembro de 2012		
	ON	PNA	Total
Valepar S.A.	1.716.435.045	20.340.000	1.736.775.045
Governo Brasileiro (Golden Share)	-	12	12
Investidores estrangeiros em ADRs	678.752.292	740.850.726	1.419.603.018
FMP - FGTS	93.278.145	-	93.278.145
PIBB - BNDES	1.921.106	2.859.336	4.780.442
BNDESPar	206.378.881	67.342.071	273.720.952
Investidores institucionais estrangeiros no mercado local	251.342.812	442.520.400	693.863.212
Investidores institucionais	181.510.919	366.954.770	548.465.689
Investidores de varejo no país	56.033.800	326.854.611	382.888.411
Ações em tesouraria no país	71.071.482	140.857.692	211.929.174
Total	3.256.724.482	2.108.579.618	5.365.304.100

b) Reserva de lucros

Os valores das reservas de lucro estão assim distribuídos:

	Reserva de expansão de investimento	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Total das reservas de lucros
Saldo em 1º de janeiro de 2011	65.685	5.700	1.102	72.487
Capitalização de reservas	(22.867)	-	(266)	(23.133)
Destinação do resultado	25.864	1.891	996	28.751
Saldo em 31 de dezembro de 2011	68.682	7.591	1.832	78.105
Destinação do resultado	-	486	599	1.085
Realização de reservas	(740)	-	-	(740)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	67.942	8.077	2.431	78.450

Reserva de expansão/investimento - tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido distribuído até o limite máximo do capital social.

Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais - esta reserva resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais (nota 20).

c) Recursos vinculados à futura conversão obrigatória em ações

Em junho de 2012, as notas obrigatoriamente conversíveis de série VALE e VALE.P – 2012 foram convertidas em ADS um total de 15.839.592 ações ordinárias e 40.241.968 ações preferenciais de classe A. A conversão foi realizada utilizando 56.081.560 ações em tesouraria mantidas pela Companhia. O efeito da diferença entre o montante das ações em tesouraria R\$ 2.079 e o valor recebido na conversão R\$ 2.129 foi reconhecido diretamente no próprio patrimônio líquido, sem impactar o resultado do exercício.

d) Ações em tesouraria

Em novembro de 2011, de acordo com o programa de recompra de ações aprovado em junho 2011, concluímos a aquisição de 39.536.080 ações ordinárias e 81.451.900 ações preferenciais, com o preço médio de R\$44,06 e R\$40,90 por ações, respectivamente (incluindo as *American Depositary Receipts* "ADRs"), num valor total de US\$3 bilhões. As ações recompradas representam 3,1% da taxa flutuante das ações ordinárias, e 4,24% da taxa flutuante das ações ordinárias, antes do lançamento do programa. As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para cancelamento.

Em 31 de dezembro de 2012, estavam em tesouraria 211.929.174 ações, no montante de R\$ 7.840, como segue:

Classes (milhares)	Preço de aquisição (R\$)						31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	31 de dezembro de 2011	Baixas	31 de dezembro de 2012	Médio	Mínimo(*)	Máximo		
Preferências	181.100	(40.242)	140.858	37,50	14,02	47,77	39,58	45,08
Ordinárias	86.911	(15.840)	71.071	35,98	20,07	54,83	38,50	51,50
Total	268.011	(56.082)	211.929					

e) Lucros básicos e diluídos por ação

Os valores dos lucros por ação básicos e diluídos foram calculados como segue:

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro líquido de operações continuadas atribuídos aos acionistas da Controladora	9.734	37.814
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	3.686	14.862
Lucro disponível aos acionistas ordinários	6.048	22.952
Total	9.734	37.814
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações preferenciais	1.933.491	2.031.315
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações ordinárias	3.172.179	3.215.479
Total	5.105.670	5.246.794
Lucro básico e diluído por ação		
Lucros básico por ação preferencial	1,91	7,21
Lucros básico por ação ordinária	1,91	7,21

f) Remuneração aos acionistas

	Remuneração aos acionistas	
	Total	Valor por ação ordinária ou preferencial
Valores distribuídos em 2011, referente remuneração de 2010		
Primeira parcela, distribuída em abril de 2011	3.174	0,608246495
Remuneração adicional, distribuída em agosto de 2011	4.855	0,933403176
Segunda parcela, distribuída em outubro de 2011	3.507	0,682507540
Remuneração adicional, distribuída em outubro de 2011	1.753	0,341156463
Total	13.289	
Valores distribuídos em 2012, referente remuneração de 2011		
Primeira parcela, distribuída em abril de 2012	5.481	1,075276545
Segunda parcela, distribuída em outubro de 2012	6.115	1,186523412
Total	11.596	

A seguir o cálculo da proposta de remuneração mínima de 2012:

Remuneração aos acionistas:	
Lucro líquido do exercício	9.734
Reserva legal	(486)
Reserva de incentivos fiscais	(599)
Lucro líquido ajustado	8.649
Dividendos:	
Mínimo obrigatório - 25% (R\$ 0,419529916 por ação em circulação) na forma de dividendos	2.162
Estatutários das ações preferenciais:	
3% do PL R\$ 0,969324381 por ação em circulação	1.907
6% do capital R\$ 0,898761480 por ação em circulação	1.769
Remuneração:	
Juros sobre capital próprio antecipados em abril de 2012	3.274
Juros sobre capital próprio antecipados em outubro de 2012	2.710
Dividendos antecipados em outubro de 2012	3.405
Remuneração ao acionista (R\$ 1,828805334 por ação em circulação)	9.389

25 - Derivativos

a) Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial

	Consolidado					
	Ativo					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Derivativos não designados como hedge						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	510	3	767	112	-	502
Swap taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em US\$	-	-	-	-	2	-
Swap EuroBonds	-	80	-	-	-	-
Swap pré-dólar	33	-	35	-	-	-
	<u>543</u>	<u>83</u>	<u>802</u>	<u>112</u>	<u>2</u>	<u>502</u>
Riscos de preços de produtos						
Níquel:						
Compra/ Venda de níquel a preço fixo	-	-	1	-	24	-
Óleo combustível	-	-	7	-	28	-
	-	-	8	-	52	-
Derivativos designados como hedge						
Níquel estratégico	26	-	301	-	-	-
Fluxo de caixa	6	10	1	-	-	-
Alumínio	-	-	-	-	33	-
	<u>32</u>	<u>10</u>	<u>302</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>-</u>
Total	<u>575</u>	<u>93</u>	<u>1.112</u>	<u>112</u>	<u>87</u>	<u>502</u>

	Consolidado					
	Passivo					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Derivativos não designados como hedge						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	696	1.431	91	1.101	-	-
Swap taxa flutuante em US\$ vs. taxa fixa em US\$	-	-	-	-	7	-
Swap EuroBonds	9	37	8	61	-	14
Compra a termo de Randes Sul Africanos	-	-	10	-	-	-
Swap pré-dólar	-	129	-	77	-	-
	<u>705</u>	<u>1.597</u>	<u>109</u>	<u>1.239</u>	<u>7</u>	<u>14</u>
Riscos de preços de produtos						
Níquel:						
Compra/ Venda de níquel a preço fixo	3	-	1	-	20	-
Proteção para operações de compra de níquel	-	-	-	-	25	-
Frete marítimo	-	-	-	-	3	-
Carvão	-	-	-	-	3	-
	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>51</u>	<u>-</u>
Derivativos embutidos:						
Gás	-	4	-	-	-	-
	-	<u>4</u>	-	-	-	-
Derivativos designados como hedge						
Óleo combustível	2	-	-	-	-	-
Níquel estratégico	-	-	-	-	-	88
Fluxo de caixa	-	-	26	-	-	-
	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88</u>
Total	<u>710</u>	<u>1.601</u>	<u>136</u>	<u>1.239</u>	<u>58</u>	<u>102</u>

	Controladora							
	Ativo				Passivo			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Derivativos não designados como hedge								
Risco de câmbio e taxa de juros								
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	467	3	538	96	558	1.281	91	876
Swap pré-dólar	33	-	35	-	-	129	-	77
	<u>500</u>	<u>3</u>	<u>573</u>	<u>96</u>	<u>558</u>	<u>1.410</u>	<u>91</u>	<u>953</u>
Derivativos designados como hedge								
Fluxo de caixa	-	-	1	-	-	-	26	-
	-	-	<u>1</u>	<u>-</u>	-	-	<u>26</u>	<u>-</u>
Total	<u>500</u>	<u>3</u>	<u>574</u>	<u>96</u>	<u>558</u>	<u>1.410</u>	<u>117</u>	<u>953</u>

b) Efeitos dos derivativos no Resultado

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Derivativos não designados como hedge		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	(655)	(273)
Swap NDF	-	(2)
Swap EuroBonds	100	(58)
Swap taxa fixa US\$ vs. CDI (<i>time deposits</i>)	-	128
Compra a termo de Randes Sul Africanos	-	(14)
Futuro de tesouraria	15	(22)
Swap pré-dolar	(17)	(41)
	(557)	(282)
Risco de preços de produtos		
Níquel		
Compra/ Venda de níquel a preço fixo	(4)	69
Programa estratégico	-	25
Sucata de cobre/ cobre estratégico	-	1
Óleo combustível	-	60
	(4)	155
Derivativos embutidos:		
Gás	(5)	-
Compra de energia - opção de alumínio	-	(12)
	(5)	(12)
Derivativos designados como hedge		
Óleo combustível	4	-
Níquel estratégico	337	93
Fluxo de caixa	(55)	66
	286	159
Total	(280)	20
Receitas Financeiras	992	1.722
(Despesas) Financeiras	(1.272)	(1.702)
Total	(280)	20

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Derivativos não designados como hedge		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	(660)	(220)
Swap taxa fixa US\$ vs. CDI (<i>time deposits</i>)	-	128
Swap pré-dolar	(17)	(45)
	(677)	(137)
Derivativos designados como hedge		
Fluxo de caixa	(58)	65
	(58)	65
Total	(735)	(72)
Receitas Financeiras	274	1.051
(Despesas) Financeiras	(1.009)	(1.123)
Total	(735)	(72)

c) Efeitos dos derivativos no fluxo de caixa

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Derivativos não designados como <i>hedge</i>		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
<i>Swaps</i> CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	(628)	(563)
<i>Swap</i> taxa flutuante em US\$ vs. taxa fixa em US\$	-	7
<i>Swap</i> taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em US\$	-	(1)
Compra a termo de Dólares Australianos	-	(4)
<i>Swap</i> EuroBonds	7	2
<i>Swap</i> taxa fixa US\$ vs. CDI	-	(128)
Compra a termo de Randes Sul Africanos	-	13
Futuro de tesouraria	(6)	11
<i>Swap</i> pré-dólar	(36)	(1)
	(663)	(664)
Risco de preços de produtos		
Níquel		
Compra/ Venda de níquel a preço fixo	1	(69)
Sucata de cobre/ cobre estratégico	-	(1)
Frete marítimo	-	3
Óleo combustível	(9)	(80)
Carvão	-	3
	(8)	(144)
Derivativos designados como <i>hedge</i>		
Óleo combustível	(3)	-
Níquel estratégico	(337)	(93)
Fluxo de caixa	55	(88)
Alumínio	-	12
	(285)	(169)
Total	(956)	(977)
Ganhos (perdas) líquidos não realizados com derivativos	(1.236)	(957)

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Derivativos não designados como <i>hedge</i>		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
<i>Swaps</i> CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	(375)	(395)
<i>Swap</i> taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em US\$	-	(1)
<i>Swap</i> taxa fixa US\$ vs. CDI	-	(128)
<i>Swap</i> pré-dólar	(36)	-
	(411)	(524)
Derivativos designados como <i>hedge</i>		
Fluxo de caixa	57	(65)
	57	(65)
Total	(354)	(589)
Ganhos (perdas) líquidos não realizados com derivativos	(1.089)	(661)

d) **Efeitos dos derivativos designados como *hedge***

i. **Hedge de fluxo de caixa**

Os efeitos do *hedge* de fluxo de caixa impactam o patrimônio líquido e estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	Exercícios findos em					
	Controladora				Consolidado	
	Moeda	Níquel	Outras	Total	Acionista não controlador	Total
Atualização do valor justo	(46)	437	6	397	1	398
Transf. para o resultado por realização	(65)	(93)	-	(158)	-	(158)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2011	(111)	344	6	239	1	240
Atualização do valor justo	(7)	45	1	39	-	39
Transf. para o resultado por realização	58	(336)	(3)	(281)	-	(281)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2012	51	(291)	(2)	(242)	-	(242)

Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos

Metodologia de cálculo do valor em risco das posições

Para a mensuração do valor em risco das posições com derivativos foi utilizado o método paramétrico delta-Normal, que considera que a distribuição futura dos fatores de risco - e suas correlações - tenderá a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. Desta forma, estima-se o valor em risco das posições atuais dos derivativos da Vale utilizando-se o nível de confiança de 95% para o horizonte de um dia útil.

Contratos sujeitos à chamada de margem

Os contratos com chamadas de margem referem-se apenas à parte das operações de níquel contratadas da subsidiária integral Vale Canada Ltda. O valor total de margem depositado em 31 de dezembro de 2012 é imaterial.

Custo Inicial dos Contratos

Os derivativos financeiros descritos neste documento negociados pela Vale e por suas controladas não tiveram custo inicial associado.

As tabelas a seguir apresentam as posições de derivativos da Vale e companhias controladas em 31 de dezembro de 2012 com as seguintes informações: valor nominal, valor justo, valor em risco, ganhos ou perdas no período e valor justo por data de pagamento para cada grupo de instrumentos.

Posições em Derivativos de Taxas de Juros e Câmbio

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao CDI

- **Swap CDI vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa das dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada ao CDI.
- **Swap CDI vs. taxa flutuante em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a Vale paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor - *London Interbank Offered Rate*) e recebe remuneração atrelada ao CDI.

Em milhões de R\$												
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2012	2013	2014
Swap CDI vs. Taxa Fixa em US\$												
Ativo	\$8.184	\$5.542	CDI	106,33%	8.399	5.696	2.043					
Passivo	US\$ 4.425	US\$ 3.144	US\$ +	3,64%	(9.468)	(6.075)	(1.807)					
Líquido					(1.069)	(379)	236	120	(528)	71	(235)	(377)
Swap CDI vs. Taxa flutuante em US\$												
Ativo	\$428	\$428	CDI	103,50%	443	453	45					
Passivo	US\$ 250	US\$ 250	Libor +	0,99%	(525)	(486)	(8)					
Líquido					(82)	(33)	37	7	22	23	(127)	

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa, contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP

- **Swap TJLP vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas a TJLP¹ para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada à TJLP.
- **Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas a TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor) e recebe remuneração atrelada à TJLP.

Em milhões de R\$												
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2012	2013	2014
Swap TJLP vs. Taxa Fixa em USD												
Ativo	R\$ 3.268	R\$ 3.107	TJLP +	1,38%	4.585	2.927	451					
Passivo	US\$ 1.694	US\$ 1.611	US\$ +	2,34%	(4.960)	(2.945)	(297)					
Líquido					(375)	(18)	154	68	279	5	(70) (589)	
Swap TJLP vs. Taxa flutuante em USD												
Ativo	R\$ 626	R\$ 774	TJLP +	0,90%	576	695	212					
Passivo	US\$ 356	US\$ 365	Libor +	-1,15%	(662)	(578)	(12)					
Líquido					(86)	117	200	9	41	(52)	8 (83)	

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa, contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais com taxas fixas

- **Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter o fluxo de caixa de dívidas denominadas em reais a taxas fixas para dólares norte-americanos em contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe taxas fixas em reais.

Em milhões de R\$														
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano					
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2012	2013	2014	2015	2016 - 2020
Swap Taxa Fixa em R\$ vs. Taxa Fixa em US\$														
Ativo	R\$ 795	R\$ 615	Pré	4,64%	733	517	50							
Passivo	US\$ 442	US\$ 355	US\$ +	-1,03%	(829)	(560)	(14)							
Líquido					(96)	(43)	36	11	33	14	(30) (113)			

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

¹ Devido a restrições de liquidez do mercado de derivativos de TJLP, algumas operações de swaps foram contratadas via equivalência com CDI.

Hedge cambial de fluxo de caixa

Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de swaps para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento entre moedas das receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais. Em 31 de dezembro de 2012 não havia posições em aberto para este programa.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Em milhões de R\$	
					Valor justo por ano					
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2012	2013	
Ativo	-	\$820	Pré	-	-	797	870			
Passivo	-	US\$ 450	US\$ +	-	-	(822)	(928)			
Líquido					-	(25)	(58)	-	-	

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos.

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL.

Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em euros

- Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do custo da dívida em dólares norte-americanos, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas em euros para dólares norte-americanos. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de parte das dívidas em euros, com valores nominais de € 750 milhões cada, emitidas em 2010 e 2012 pela Vale. Nesta operação, a Vale recebe taxas fixas em Euros e paga remuneração atrelada a taxas fixas em dólares norte-americanos.

Em milhões de R\$												
Fluxo	Valor Principal (\$milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	2013	2014	2015
	Ativo	€ 1.000			€ 500	EUR	4,063%	3.108	1.350	52		
Passivo	US\$ 1.288	US\$ 675	US\$	4,511%	(3.073)	(1.418)	(59)					
Líquido					35	(68)	(7)	33	(9)	(41)	89	

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das dívidas atreladas ao euro.

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD.

Programa de hedge cambial para desembolsos em dólares canadenses

- Termo de dólar canadense:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações a termo para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento entre moedas das receitas em dólares norte-americanos e desembolsos em dólares canadenses.

Em milhões de R\$												
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Compra / Venda	Taxa Média (CAD/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2012	2013	2014
	Termo	CAD 1.362			-	C	1.013	15	-	-	23	6

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte dos desembolsos em dólares canadenses.

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial CAD/USD.

Programa de proteção de taxa de juros

- **Futuro de Treasury de 10 anos:** A Vale realizou operações de compra a termo de Treasury de 10 anos ao longo do último trimestre de 2011 com o objetivo de proteção parcial contra o custo de dívida atrelada a esta taxa. As operações relativas a este programa foram encerradas em Janeiro de 2012.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Compra / Venda	Taxa Média %a.a	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano 2013
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			
Termo	-	US\$ 900	C	-	-	(10)	6	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte dos custos de dívida indexada à Treasury.

O resultado de perda apresentado foi parcialmente compensado pela redução do custo da dívida devido à variação no valor da Treasury.

Posições em derivativos de commodities

O fluxo de caixa da Companhia também está exposto a diferentes riscos de mercado associados à volatilidade dos preços de commodities. Com objetivo de reduzir o efeito dessa volatilidade, a Vale contratou as seguintes operações com derivativos:

Programa de hedge para operações de venda de níquel

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa a Vale realizou operações de *hedge* onde fixa o preço de parte das vendas no período. Em 31 de dezembro de 2012 não havia posições em aberto para este programa.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano 2013
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			
Termo	-	19.998	V	-	-	234	296	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel.

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de venda de níquel a preço fixo

Com o objetivo de manter a exposição a flutuações de preço do níquel, foram realizadas operações de derivativos para converter para preço flutuante os contratos comerciais de Níquel com clientes que solicitam a fixação do preço. As operações têm como objetivo garantir que os preços relativos a estas vendas sejam equivalentes à média de preços da LME no momento da entrega física do produto para o cliente. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão. Estas operações são revertidas antes do vencimento original de forma a coincidir com as datas de liquidação dos contratos comerciais que tiveram o preço fixado. Quando o 'Programa de *hedge* para operações de venda de níquel' é executado, o 'Programa de venda de níquel a preço fixo' é interrompido. Em 31 de dezembro de 2012 não havia posições em aberto para este programa.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano 2013
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			
Futuros	-	162	C	-	-	(0,7)	(0,9)	-	-

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da Vale fixadas a um preço pré-determinado para clientes finais

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para operações de compra de níquel

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de precificação da compra de Níquel (concentrado, catodo, sinter e outros tipos) e o período da revenda do produto processado, foram realizadas operações de proteção. Os itens comprados são matérias-primas utilizadas no processo de produção de níquel refinado. As operações usualmente realizadas neste caso são vendas de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Em milhões de R\$
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012
	2013								
Futuros	210	228	V	17.045	0	0	0,36	0,2	0

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel.

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de cotação da compra de sucata de cobre e o período de cotação da venda do produto final foram realizadas operações de *hedge*. A sucata comprada é combinada com outros insumos para produzir cobre para nossos clientes finais. Neste caso, normalmente as operações realizadas são vendas com liquidação futura na bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

								Em milhões de R\$	
Fluxo	Valor Principal (lbs)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/lbs)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2012	2013
Termo	937.517	892.869	V	3.66	0,01	0.2	(0,2)	0,1	0,01

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do cobre.

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do cobre.

Programa de proteção para compra de óleo combustível – *Bunker Oil*

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações do preço do óleo combustível (*Bunker Oil*) na contratação/disponibilização de frete e, conseqüentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de *proteção* deste insumo. As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo. Em 31 de dezembro de 2012 não havia posições em aberto para este programa.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Em milhões de R\$	
					Valor em Risco	Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011					31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012
Termo	-	-	C	-	-	-	2	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte do custo da Vale atrelada ao preço do óleo combustível.

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do óleo combustível.

Posições em Derivativos embutidos

O fluxo de caixa da Companhia também está exposto a diversos riscos de mercado associados a contratos que contêm derivativos embutidos ou funcionam como derivativos. Sob a perspectiva da Vale, podem incluir, mas não estão limitados a, contratos comerciais, contratos de compra, contratos de aluguel, títulos, apólices de seguros e empréstimos. Os derivativos embutidos observados em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

Compra de produtos intermediários e matérias-primas

Contratos de compra de matérias-primas e concentrado de níquel que contêm provisões de preço baseadas no preço futuro de cobre e níquel. Estas provisões são consideradas derivativos embutidos.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2012
Futuro Níquel	2.475	1.951	V	16.968	2,0	(0,7)	2	
Futuro Cobre	7.272	6.653		7.899	0,9	0,9	(4)	
Total					2,9	0,2	(2)	3

Compra de gás para companhia de pelotização em Omã

A Companhia de Pelotização Vale Omã (LLC), subsidiária da Vale, possui um contrato de compra de gás natural que apresenta uma cláusula que define que um prêmio poderá ser pago caso o preço da pelota seja negociado a um valor maior que o definido inicialmente. Esta cláusula é considerada um derivativo embutido.

Fluxo	Valor Principal (volume)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2012
Opções de Compra	746.667	-	V	179,36	(4,7)	-	-	4

a) Curvas de Mercado

Na construção das curvas utilizadas para a precificação dos derivativos foram utilizados dados públicos da BM&F, Banco Central do Brasil, LME e Bloomberg. Os preços dos derivativos calculados foram calculados com base nos dados de fechamento de mercado em 31 de dezembro de 2012.

1. Curvas de Produtos

Níquel

Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)
SPOT	17.085,00	JUN13	17.126,28	DEZ13	17.233,69
JAN13	17.020,72	JUL13	17.147,96	DEZ14	17.453,45
FEV13	17.042,55	AGO13	17.168,28	DEZ15	17.591,56
MAR13	17.066,98	SET13	17.186,00	DEZ16	17.691,41
ABR13	17.088,71	OUT13	17.201,28		
MAI13	17.107,77	NOV13	17.215,43		

Cobre

Vencimento	Preço (US\$/lb)	Vencimento	Preço (US\$/lb)	Vencimento	Preço (US\$/lb)
SPOT	3,65	JUN13	3,61	DEZ13	3,62
JAN13	3,59	JUL13	3,61	DEZ14	3,62
FEV13	3,60	AGO13	3,61	DEZ15	3,63
MAR13	3,60	SET13	3,61	DEZ16	3,64
ABR13	3,60	OUT13	3,61		
MAI13	3,60	NOV13	3,61		

Óleo Combustível

Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)
SPOT	605,00	JUN13	611,11	DEZ13	606,75
JAN13	605,11	JUL13	611,25	DEZ14	595,50
FEV13	605,25	AGO13	611,23	DEZ15	591,17
MAR13	607,65	SET13	610,50	DEZ16	590,36
ABR13	609,10	OUT13	609,50		
MAI13	610,35	NOV13	608,20		

2. Curvas de Taxas

Cupom Cambial - US\$ Brasil

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01/02/2013	0,95	01/04/2015	1,64	02/10/2017	2,43
01/03/2013	1,02	01/07/2015	1,69	02/01/2018	2,50
01/04/2013	1,07	01/10/2015	1,78	02/04/2018	2,57
01/07/2013	1,14	04/01/2016	1,83	02/07/2018	2,61
01/10/2013	1,21	01/04/2016	1,92	01/10/2018	2,68
02/01/2014	1,28	01/07/2016	2,00	02/01/2019	2,78
01/04/2014	1,35	03/10/2016	2,06	01/04/2019	2,82
01/07/2014	1,39	02/01/2017	2,16	01/07/2019	2,90
01/10/2014	1,48	03/04/2017	2,26	01/10/2019	2,98
02/01/2015	1,53	03/07/2017	2,33	02/01/2020	3,05

Curva de Juros US\$

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
US\$1M	0,21	US\$6M	0,32	US\$11M	0,32
US\$2M	0,25	US\$7M	0,32	US\$12M	0,32
US\$3M	0,30	US\$8M	0,32	US\$2A	0,40
US\$4M	0,31	US\$9M	0,32	US\$3A	0,50
US\$5M	0,31	US\$10M	0,32	US\$4A	0,67

TJLP

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01/02/2013	5,50	01/04/2015	5,50	02/10/2017	5,50
01/03/2013	5,50	01/07/2015	5,50	02/01/2018	5,50
01/04/2013	5,50	01/10/2015	5,50	02/04/2018	5,50
01/07/2013	5,50	04/01/2016	5,50	02/07/2018	5,50
01/10/2013	5,50	01/04/2016	5,50	01/10/2018	5,50
02/01/2014	5,50	01/07/2016	5,50	02/01/2019	5,50
01/04/2014	5,50	03/10/2016	5,50	01/04/2019	5,50
01/07/2014	5,50	02/01/2017	5,50	01/07/2019	5,50
01/10/2014	5,50	03/04/2017	5,50	01/10/2019	5,50
02/01/2015	5,50	03/07/2017	5,50	02/01/2020	5,50

Curva pré em Reais

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01/02/2013	6,98	01/04/2015	7,86	02/10/2017	8,56
01/03/2013	7,00	01/07/2015	7,98	02/01/2018	8,64
01/04/2013	7,06	01/10/2015	8,08	02/04/2018	8,68
01/07/2013	7,09	04/01/2016	8,19	02/07/2018	8,72
01/10/2013	7,08	01/04/2016	8,30	01/10/2018	8,76
02/01/2014	7,14	01/07/2016	8,36	02/01/2019	8,79
01/04/2014	7,20	03/10/2016	8,43	01/04/2019	8,85
01/07/2014	7,34	02/01/2017	8,44	01/07/2019	8,90
01/10/2014	7,54	03/04/2017	8,46	01/10/2019	8,95
02/01/2015	7,71	03/07/2017	8,53	02/01/2020	9,00

Curva de Juros EUR

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
EUR1M	0,05	EUR6M	0,26	EUR11M	0,32
EUR2M	0,10	EUR7M	0,28	EUR12M	0,32
EUR3M	0,13	EUR8M	0,29	EUR2A	0,38
EUR4M	0,19	EUR9M	0,30	EUR3A	0,47
EUR5M	0,23	EUR10M	0,31	EUR4A	0,61

Curva de Juros CAD

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
CAD1M	1,05	CAD6M	1,30	CAD11M	1,34
CAD2M	1,15	CAD7M	1,31	CAD12M	1,34
CAD3M	1,23	CAD8M	1,32	CAD2A	1,42
CAD4M	1,27	CAD9M	1,33	CAD3A	1,53
CAD5M	1,29	CAD10M	1,33	CAD4A	1,64

Cotação de Fechamento

CAD/US\$	1,0053	US\$/BRL	2,0435	EUR/US\$	1,3197
----------	--------	----------	--------	----------	--------

Análise de Sensibilidade – Derivativos da Controladora e Controladas

Os quadros a seguir apresentam os ganhos/perdas potenciais de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2012 considerando os seguintes cenários de stress:

- Valor Justo: cálculo do valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2012;
- Cenário I: deterioração de 25% - perdas potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- Cenário II: evolução de 25% - ganhos potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- Cenário III: deterioração de 50% - perdas potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- Cenário IV: evolução de 50% - ganhos potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da Vale.

Análise de sensibilidade - Derivativos de câmbio e juros

Valores em

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao CDI	Swap CDI vs. taxa fixa em US\$	Flutuação do R\$/US\$		(2.367)	2.367	(4.734)
		Flutuação do cupom cambial		(77)	75	(157)
		Flutuação da taxa pré em reais	(1.069)	(18)	16	(37)
	Swap CDI vs. taxa flutuante em US\$	Variação US\$ Libor		(1)	1	(2)
		Flutuação do R\$/US\$		(131)	131	(263)
		Flutuação da taxa pré em reais	(82)	(0,5)	0,5	(1)
Item Protegido - Dívidas atreladas a reais		Variação US\$ Libor		(0,03)	0,02	(0,05)
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP	Swap TJLP vs. taxa fixa em US\$	Flutuação do R\$/US\$	n.a.	-	-	-
		Flutuação do R\$/US\$		(1.240)	1.240	(2.480)
		Flutuação do cupom cambial		(90)	86	(186)
		Flutuação da taxa pré em reais	(375)	(259)	287	(495)
		Flutuação TJLP		(193)	191	(387)
	Swap TJLP vs. taxa flutuante em US\$	Variação US\$ Libor		0	0	0
		Flutuação do R\$/US\$		(166)	166	(331)
		Flutuação do cupom cambial		(14)	13	(28)
		Flutuação da taxa pré em reais	(86)	(33)	37	(63)
		Flutuação TJLP		(25)	25	(51)
Item Protegido - Dívidas atreladas a reais		Variação US\$ Libor		(6)	6	(12)
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais com taxa fixa	Swap taxa fixa em R\$ vs. Taxa fixa em US\$	Flutuação do R\$/US\$	n.a.	-	-	-
		Flutuação do R\$/US\$		(207)	207	(414)
		Flutuação do cupom cambial	(96)	(11)	11	(23)
	Item Protegido - Dívidas atreladas a reais		Flutuação da taxa pré em reais		(35)	38
Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em euros	Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em US\$	Flutuação do R\$/US\$	n.a.	-	-	-
		Flutuação do R\$/US\$		(9)	9	(17)
		Flutuação do EUR/US\$	35	(777)	777	(1.554)
		Flutuação da Euribor		(49)	53	(96)
	Item Protegido - Dívida atrelada ao Euro		Flutuação da Libor Dólar		(57)	53
Programa de hedge Cambial para desembolsos em Dolares Canadense (CAD)	Termo de CAD	Flutuação do EUR/US\$	n.a.	777	(777)	1.554
		Flutuação do R\$/US\$		(4)	4	(8)
		Flutuação do CAD/US\$		(683)	683	(1.366)
		Flutuação da Libor CAD	15	(12)	12	(24)
		Flutuação da Libor Dólar		(3)	3	(7)
	Item Protegido - Desembolsos em Dolares Canadenses		Flutuação do CAD/US\$	n.a.	683	(683)

Análise de sensibilidade - Derivativos de commodities

Valores em

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Programa de proteção para operações de compra de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(2)	2	(4)
		Variação US\$ Libor	0	0	0	0
		Flutuação US\$/R\$		0	0	0
	Item Protegido - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do níquel	n.a.	2	(2)	4
Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre	Contratos de venda de cobre com liquidação futura	Flutuação do preço do cobre		(1,7)	1,7	(3,5)
		Variação US\$ Libor	0,01	0	0	0
		Flutuação US\$/R\$		0	0	0
	Item Protegido - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do cobre	Flutuação do preço do cobre	n.a.	1,7	(1,7)	3,5

Análise de sensibilidade - Derivativos embutidos

Valores em

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Níquel)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço do níquel	2,0	(22)	22	(43)
		Flutuação US\$/R\$		0	0	0
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Cobre)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço do cobre	0,9	(29)	29	(59)
		Flutuação US\$/R\$		0	0	0
Derivativo embutido - Compra de gás para companhia de pelotização em Omã	Derivativo Embutido - Compra de gás	Flutuação do preço da pelota		(7)	3	(17)
		Flutuação US\$/R\$	(4,7)	(1)	1	(2)

Análise de Sensibilidade - Dívida e Investimentos de Caixa

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais estão sujeitos à variação da taxa de câmbio.

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento	Dívida denominada em BRL	Sem flutuação	-	-	-	-
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	(9.828)	9.828	(19.656)	19.656
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em BRL	Sem flutuação	-	-	-	-
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em USD	Flutuação do BRL/USD	(2.507)	2.507	(5.013)	5.013
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em EUR	Flutuação do BRL/EUR	(35)	35	(70)	70
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em CAD	Flutuação do BRL/CAD	(36)	36	(72)	72
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em GBP	Flutuação do BRL/GBP	(6)	6	(12)	12
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em AUD	Flutuação do BRL/AUD	(54)	54	(108)	108

Ratings das contrapartes financeiras

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição a instituições financeiras são propostos anualmente para o Comitê Executivo de Gestão de Riscos e aprovados pela Diretoria Executiva. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia de avaliação de risco de crédito que considera, dentre outras informações, os *ratings* divulgados pelas agências internacionais de *rating*. No quadro a seguir, apresentamos os *ratings* em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as principais instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 31 de dezembro de 2012.

Nome da Contraparte	Moody's*	S&P*
Banco Santander	Baa2	A-
Itau Unibanco*	Baa1	BBB
HSBC	Aa3	A+
JP Morgan Chase & Co	A2	A
Banco Bradesco*	Baa2	BBB
Banco do Brasil*	Baa2	BBB
Banco Votorantim*	Baa2	BBB-
Credit Agricole	A2	A
Standard Bank	A3	BBB+
Deutsche Bank	A2	A+
BNP Paribas	A2	A+
Citigroup	Baa2	A-
Banco Safra*	Baa2	BBB-
ANZ Australia and New Zealand Banking	Aa2	AA-
Banco Amazônia SA	A1	A+
Societe Generale	A2	A
Bank of Nova Scotia	Aa1	A+
Natixis	A2	A
Royal Bank of Canada	Aa3	AA-
China Construction Bank	A1	A
Goldman Sachs	A3	A-
Bank of China	A1	A
Barclays	A3	A
BBVA Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	Baa3	BBB-

* Para bancos brasileiros foi usado rating global dos depósitos em moeda local

26 - Informações por Segmento de Negócios e Receitas por Área Geográfica Consolidadas

As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros contábeis mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

a) Resultado por segmento

Consolidado						
Exercícios findos em						
31 de dezembro de 2012						
	Bulk Materials	Metais Básicos	Fertilizantes	Logística	Outras	Total
Resultado						
Receita líquida	68.901	13.933	7.008	2.710	959	93.511
Custos e despesas	(34.921)	(12.785)	(5.760)	(2.634)	(2.009)	(58.109)
Redução ao valor recuperável dos ativos	(2.139)	(5.769)	-	-	(303)	(8.211)
Perda na venda de ativos	(768)	-	(268)	-	-	(1.036)
Depreciação, exaustão e amortização	(3.623)	(3.316)	(911)	(466)	(81)	(8.397)
	27.450	(7.937)	69	(390)	(1.434)	17.758
Resultado financeiro	(8.463)	248	(95)	(120)	25	(8.405)
Resultado de participações societárias: em coligadas	1.484	(45)	-	218	(416)	1.241
Imposto de renda e contribuição social	(519)	159	2.481	(28)	548	2.641
Redução ao valor recuperável dos investimentos	-	(2.026)	-	-	(1.976)	(4.002)
Lucro líquido do exercício	19.952	(9.601)	2.455	(320)	(3.253)	9.233
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(132)	(399)	109	-	(79)	(501)
Lucro atribuído aos acionistas da controladora	20.084	(9.202)	2.346	(320)	(3.174)	9.734
Vendas classificadas por área geográfica:						
América, exceto Estados Unidos	1.396	1.939	120	65	29	3.549
Estados Unidos	202	2.209	101	-	81	2.593
Europa	11.537	4.316	285	-	43	16.181
Oriente Médio/África/Oceania	3.046	180	14	-	-	3.240
Japão	8.180	1.416	-	-	13	9.609
China	32.925	1.759	-	-	-	34.684
Ásia, exceto Japão e China	5.763	1.965	182	-	4	7.914
Brasil	5.852	149	6.306	2.645	789	15.741
Receita líquida	68.901	13.933	7.008	2.710	959	93.511

Consolidado						
Exercícios findos em						
31 de dezembro de 2011						
	Bulk Materials	Metais Básicos	Fertilizantes	Logística	Outras	Total
Resultado						
Receita líquida	77.226	16.070	5.551	2.367	805	102.019
Custos e despesas	(27.129)	(11.323)	(4.416)	(2.160)	(2.428)	(47.456)
Ganho na venda de ativos	-	2.492	-	-	-	2.492
Depreciação, exaustão e amortização	(2.814)	(2.640)	(769)	(388)	(27)	(6.638)
	47.283	4.599	366	(181)	(1.650)	50.417
Resultado financeiro	(6.110)	10	(99)	(54)	(99)	(6.352)
Resultado de participações societárias: em coligadas	1.795	163	-	206	(307)	1.857
Imposto de renda e contribuição social	(6.693)	(1.633)	(176)	(12)	-	(8.514)
Lucro líquido do exercício	36.275	3.139	91	(41)	(2.056)	37.408
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(181)	(152)	49	-	(122)	(406)
Lucro atribuído aos acionistas da controladora	36.456	3.291	42	(41)	(1.934)	37.814
Vendas classificadas por área geográfica:						
América, exceto Estados Unidos	1.973	2.322	72	-	37	4.404
Estados Unidos	169	2.624	1	-	4	2.798
Europa	14.657	4.128	255	-	102	19.142
Oriente Médio/África/Oceania	2.969	251	1	-	2	3.223
Japão	10.069	2.081	-	-	14	12.164
China	33.666	2.066	-	-	164	35.896
Ásia, exceto Japão e China	6.132	2.309	63	-	-	8.504
Brasil	7.591	289	5.159	2.367	482	15.888
Receita líquida	77.226	16.070	5.551	2.367	805	102.019

31 de dezembro de 2012											
Bulk Materials	Receita líquida	Custos e despesas	Pesquisa e desenvolvimento	Despesas pré operacionais e capacidade ociosa	Lucro operacional	Depreciação, exaustão e amortização	Redução ao valor recuperável dos ativos	Resultado Operacional	Imobilizado e intangível líquido	Adições ao imobilizado e intangível	Investimentos
Minério de ferro	52.959	(24.745)	(1.219)	-	26.995	(2.715)	-	24.280	71.797	15.595	189
Pelotas	12.778	(4.683)	-	(634)	7.461	(438)	-	7.023	4.125	777	2.262
Ferroligas e manganês	1.055	(627)	-	-	428	(83)	-	345	618	359	-
Carvão	2.109	(2.729)	(229)	(55)	(904)	(387)	(2.139)	(3.430)	7.389	2.194	575
	68.901	(32.784)	(1.448)	(689)	33.980	(3.623)	(2.139)	28.218	83.929	18.925	3.026
Metais básicos											
Níquel e outros produtos	11.657	(7.931)	(587)	(2.033)	1.106	(3.052)	(5.769)	(7.715)	62.273	5.662	63
Cobre	2.276	(1.808)	(187)	(239)	42	(264)	-	(222)	9.270	1.661	516
Produtos de alumínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.850
	13.933	(9.739)	(774)	(2.272)	1.148	(3.316)	(5.769)	(7.937)	71.543	7.323	5.429
Fertilizantes											
Potássio	569	(334)	(145)	-	90	(44)	-	46	4.514	2.703	-
Fosfatados	4.926	(3.809)	(72)	(184)	861	(655)	-	206	16.776	594	-
Nitrogênio	1.366	(1.216)	-	-	150	(212)	-	(62)	-	81	-
Outros produtos de fertilizantes	147	-	-	-	147	-	-	147	676	24	-
	7.008	(5.359)	(217)	(184)	1.248	(911)	-	337	21.966	3.402	-
Logística											
Ferrovias	1.828	(1.976)	(25)	-	(173)	(363)	-	(536)	4.843	923	1.197
Portos	882	(626)	-	-	256	(103)	-	153	1.231	191	192
Navios	-	(7)	-	-	(7)	-	-	(7)	4.809	432	-
	2.710	(2.609)	(25)	-	76	(466)	-	(390)	10.883	1.546	1.389
Outros	959	(1.561)	(448)	-	(1.050)	(81)	(303)	(1.434)	3.956	797	3.200
Perda na venda de ativos	-	(1.036)	-	-	(1.036)	-	-	(1.036)	-	-	-
	93.511	(53.088)	(2.912)	(3.145)	34.366	(8.397)	(8.211)	17.758	192.277	31.993	13.044

31 de dezembro de 2011

	Receita líquida	Custos e despesas	Pesquisa e desenvolvimento	Despesas pré operacionais e capacidade ociosa	Lucro operacional	Depreciação, exaustão e amortização	Ajuste ao valor recuperável	Resultado Operacional	Imobilizado e intangível líquido	Adições ao imobilizado e intangível	Investimentos
Bulk Materials											
Minério de ferro	61.035	(17.420)	(841)	-	42.774	(2.079)	-	40.695	57.762	12.314	200
Pelotas	13.270	(5.355)	-	(185)	7.730	(338)	-	7.392	5.308	1.021	1.913
Ferroligas e manganês	1.126	(986)	-	-	140	(114)	-	26	631	290	-
Carvão	1.795	(1.914)	(252)	(176)	(547)	(283)	-	(830)	7.624	1.868	448
	77.226	(25.675)	(1.093)	(361)	50.097	(2.814)	-	47.283	71.325	15.493	2.561
Metais básicos											
Níquel e outros produtos	13.596	(7.234)	(428)	(1.701)	4.233	(2.457)	-	1.776	58.782	4.316	-
Cobre	1.842	(1.159)	(270)	(21)	392	(183)	-	209	-	2.007	437
Produtos de alumínio	632	(510)	-	-	122	-	-	122	7.806	16	6.278
	16.070	(8.903)	(698)	(1.722)	4.747	(2.640)	-	2.107	66.588	6.339	6.715
Fertilizantes											
Potássio	457	(392)	(91)	(45)	(71)	(74)	-	(145)	4.082	871	-
Fosfatados	3.898	(2.700)	(89)	(125)	984	(523)	-	461	12.281	330	-
Nitrogênio	1.136	(974)	-	-	162	(172)	-	(10)	1.711	294	-
Outros produtos de fertilizantes	60	-	-	-	60	-	-	60	695	-	-
	5.551	(4.066)	(180)	(170)	1.135	(769)	-	366	18.769	1.495	-
Logística											
Ferrovias	1.682	(1.399)	(204)	-	79	(304)	-	(225)	4.202	349	1.028
Portos	685	(557)	-	-	128	(84)	-	44	1.768	568	212
Navios	-	-	-	-	-	-	-	-	4.642	504	-
	2.367	(1.956)	(204)	-	207	(388)	-	(181)	10.612	1.421	1.240
Outros	805	(1.781)	(647)	-	(1.623)	(27)	-	(1.650)	4.350	1.563	4.468
Perda na venda de ativos	-	2.492	-	-	2.492	-	-	2.492	-	-	-
	102.019	(39.889)	(2.822)	(2.253)	57.055	(6.638)	-	50.417	171.644	26.311	14.984

27 - Custos dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados, Despesas por Natureza com Vendas e Administrativas e Outras Despesas (receitas) Operacionais, Líquidas

Os custos de produtos vendidos e serviços prestados

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Pessoal	6.937	5.269
Material	8.341	6.276
Óleo combustível e gases	4.050	3.644
Serviços contratados	9.325	7.107
Energia	1.689	1.540
Aquisição de produtos	2.718	3.887
Depreciação e exaustão	7.413	5.980
Frete	5.660	3.772
Outros	5.864	4.976
Total	51.997	42.451

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Pessoal	3.270	2.513
Material	3.730	3.181
Óleo combustível e gases	2.382	1.964
Serviços contratados	5.954	4.257
Energia	1.207	845
Aquisição de produtos	1.384	2.547
Depreciação e exaustão	2.129	1.704
Outros	4.189	3.947
Total	24.245	20.958

Despesas com vendas e administrativas

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Pessoal	1.580	1.242
Serviços (consultoria, infra-instrutora e outros)	959	908
Propaganda e publicidade	201	131
Depreciação	466	353
Despesas de viagem	126	106
Aluguéis e impostos	55	84
Incentivos	14	163
Outras	417	413
Vendas	563	585
Total	4.381	3.985

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Pessoal	966	777
Serviços (consultoria, infra-instrutora e outros)	509	517
Propaganda e publicidade	154	140
Depreciação	350	260
Despesas de viagem	65	59
Aluguéis e impostos	32	23
Incentivos	14	135
Outras	210	271
Vendas	39	(6)
Total	2.339	2.176

Outras despesas (receitas) Operacionais, líquidas, incluindo pesquisa e desenvolvimento

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisão para perdas com créditos de ICMS	471	73
Provisão para remuneração variável	871	697
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	73	204
Provisão para baixa de materiais/inventário	253	258
Pré operacionais, paradas de usina e capacidade ociosa	3.145	2.253
Sinistro	127	-
Pesquisa e desenvolvimento	2.912	2.822
Outras	2.276	1.351
Total	10.128	7.658

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Outras despesas (receitas) Operacionais, líquidas, incluindo pesquisa e desenvolvimento		
Provisão para perdas com créditos de ICMS	468	5
Provisão para remuneração variável	575	627
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	73	178
Provisão para baixa de materiais/inventário	221	35
Pré operacionais, paradas de usina e capacidade ociosa	875	183
Pesquisa e desenvolvimento	1.619	1.460
Outras	811	676
Total	4.642	3.164

28 - Resultado Financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos exercícios, registrados por natureza e competência, são:

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Despesas financeiras		
Juros	(2.435)	(2.329)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(150)	(69)
Derivativos	(1.272)	(1.702)
Variações monetárias e cambiais (a)	(5.005)	(5.017)
Debentures Participativas	(907)	(380)
IOF	(31)	(22)
Outras	(1.224)	(1.327)
	(11.024)	(10.846)
Receitas financeiras		
Partes relacionadas	-	3
Aplicações financeiras	244	987
Derivativos	992	1.722
Variações monetárias e cambiais (b)	859	1.550
Outras	524	232
	2.619	4.494
Resultado financeiro líquido	(8.405)	(6.352)
Resumo das Variações monetárias e cambiais		
Caixa e equivalentes de caixa	58	(2)
Empréstimos	(3.291)	(985)
Partes Relacionadas	23	-
Outros	(936)	(2.480)
Líquido (a + b)	(4.146)	(3.467)

	Controladora	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Despesas financeiras		
Juros	(2.436)	(2.227)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(133)	(53)
Derivativos	(1.009)	(1.123)
Variações monetárias e cambiais (a)	(4.903)	(4.201)
Debentures Participativas	(907)	(380)
IOF	(28)	(9)
Outras	(668)	(559)
	(10.084)	(8.552)
Receitas financeiras		
Partes relacionadas	-	14
Aplicações financeiras	182	724
Derivativos	274	1.051
Variações monetárias e cambiais (b)	767	1.133
Outras	343	36
	1.566	2.958
Resultado financeiro líquido	(8.518)	(5.594)
Resumo das Variações monetárias e cambiais		
Empréstimos	(1.104)	(791)
Partes Relacionadas	(2.508)	72
Outros	(524)	(2.349)
Líquido (a + b)	(4.136)	(3.068)

29 - Compromissos

a) Projeto Níquel – Nova Caledônia

Em relação à construção e instalação de nossa planta de processamento de níquel em Nova Caledônia, fornecemos garantias para os acordos de financiamentos, os quais estão relacionados abaixo.

Em conexão com a determinação da lei tributária francesa Girardin que concede vantagem para operações de arrendamento mercantil financeiro patrocinado pelo governo francês, a Vale garante ao BNP Paribas, na condição de investidor beneficiário tributário de acordo com a lei francesa, certos pagamentos devidos pela VNC. Consistente com o compromisso, os ativos estão substancialmente finalizados em 31 de dezembro de 2012. A Vale também assumiu o compromisso de que os ativos associados ao arrendamento mercantil financeiro determinado pela Lei Girardin operariam por um período de cinco anos a partir daí e sob critérios específicos de produção, o que permanece consistente com nossos planos atuais. A Vale acredita que a probabilidade da garantia ser reclamada é remota.

Em outubro de 2012, a Vale entrou em um acordo com a Sumic, acionista da VNC, onde a Sumic concordou em diluir sua participação na VNC de 21% para 14%,5%. A Sumic tem originariamente uma opção de vender à Vale suas ações da VNC se o custo definido do projeto inicial de desenvolvimento de níquel, conforme definido pelo financiamento concedido a VNC em moeda local e convertido para dólares norte-americanos a taxas de câmbio específicas, exceder o limite de US\$4,6 bilhões (R\$9,4 bilhões) e um acordo não fosse alcançado sobre como proceder com relação ao projeto. Em 27 de maio de 2010, o limite foi atingido e a Vale discutiu e decidiu por uma extensão da opção para 31 de julho de 2012. Após outubro de o gatilho da opção foi mudado, de um limite de custo para um limite de produção. A possibilidade do exercício da opção foi postergada para o primeiro trimestre de 2015.

Além disso, no decorrer de nossas operações, temos cartas de crédito e garantias no valor de US\$ 820 (R\$ 1,7 bilhão) que estão associados a itens como reclamações ambientais, compromissos com desmobilização de ativos, contratos de eletricidade, benefícios pós-aposentadoria, acordos de serviço à comunidade e compromissos de importação e exportação.

No curso das operações, a Vale está sujeita a reclamações rotineiras e litígios circunstanciais ao negócio e processos ambientais. Com respeito aos processos ambientais atualmente pendentes ou que representem ameaça, incluem: (i) reclamações por danos pessoais, (ii) ações de constrangimento e (iii) alegação de violações, incluindo ultraje aos limites regulatórios relativos à dejetos sob certas leis e regulamentos ambientais ou similares aplicáveis a operação. A Vale acredita que a última instância de tais processos, reclamações e litígios não irão prejudicar as operações ou ter efeito material adverso no balanço patrimonial ou demonstração de resultado.

b) Debêntures participativas

Por ocasião da privatização, em 1997, a Vale emitiu debêntures para os acionistas existentes, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, participassem em possíveis benefícios futuros, que pudessem ser obtidos a partir da exploração de certos recursos minerais.

Um total de 388.559.056 debêntures foi emitido a um valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de reais), cujo valor será corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), conforme definido na Escritura de Emissão. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o valor destas debêntures a valor justo totalizava R\$ 3.378.845 e R\$ 2.495.995, respectivamente.

Os titulares de debêntures têm direito a receber prêmios, pagos semestralmente, equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais conforme escritura de emissão. Em abril e outubro de 2012 a Companhia pagou a remuneração Semestral no valor total de R\$ 11 e 9, respectivamente.

c) Lease operacional

• Operações de pelotização

A Vale possui um contrato de arrendamento mercantil operacional com suas entidades controladas em conjuntos Nibrasco, Itabasco, Kobrasco and Hispanobras, onde a Vale arrenda suas plantas de pelotização. Estes contratos de arrendamento mercantil operacional tem duração entre 3 e 10 anos, renováveis.

Em julho de 2012 a Companhia celebrou um contrato de arrendamento mercantil operacional com sua *joint venture* Hispanobrás. O contrato tem duração de 3 anos, renováveis.

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, pelo arrendamento mercantil operacional das quatro plantas de pelotização (Hispanobrás, Nibrasco, Itabrasco e Kobrasco), para a data de 31 de dezembro de 2012.

2013	151
2014	158
2015	156
2016	151
2017 em diante	105
Total dos pagamentos mínimos requeridos	721

As despesas totais com arrendamento mercantil operacional das pelotizadoras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi R\$419 e R\$737, respectivamente.

• Operações ferroviárias

A Companhia conduz parte das operações ferroviárias utilizando operações de arrendamento. Esse contrato de arrendamento tem prazo de 30 anos, podendo ser renovado por mais 30 anos. Está classificado na modalidade de arrendamento operacional por não possuir riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo mas tão somente o compromisso de pagamento de aluguel do ativo. Ao final do contrato de arrendamento os bens arrendados serão devolvidos ao arrendador. Na maioria dos casos, a administração da Companhia espera que, no curso normal, dos negócios esses contratos venham a ser renovados.

2013	174
2014	174
2015	174
2016	174
2017 em diante	1.728
Total dos pagamentos mínimos requeridos	2.424

O total de despesas com arrendamento mercantil operacional com as operações ferroviárias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi R\$174 e R\$163, respectivamente.

d) Contratos de Concessões e Subconcessões

i. Companhias de transporte ferroviário

A Companhia e algumas companhias do grupo celebraram com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, contratos de concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões e subconcessões classificados como ativo intangível, estão demonstrados na nota 13.

Os prazos de concessão por ferrovia são:

Ferrovias	Prazo de término da concessão
Vitória a Minas e Carajás (direta) (a)	Junho de 2027
Carajás (direta) (a)	Junho de 2027
Malha Centro-Leste (indireta via FCA)	Agosto de 2026
Ferrovia Norte Sul S.A. (FNS)	Dezembro de 2037

(a) Concessões não onerosas

A concessão se extinguirá com a concretização de um dos seguintes fatos: término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

As concessões, subconcessões e arrendamentos das Companhias controladas são tratados contabilmente no conceito de arrendamento operacional e apresentam as seguintes características:

	FNS	FCA
Nº de parcelas totais	3	112
Periodicidade de pagamento	(a)	Trimestral
Índice de atualização	IGP-DI FGV	IGP-DI FGV
Nº de parcelas já pagas	(b)	54
Valor atualizado da prestação:		
Concessão	-	2
Arrendamento	-	31

(a) De acordo com a entrega de cada trecho da ferrovia

(b) Pagou duas parcelas integrais e 80% da terceira parcela, restando os 20% para cobrir pendências existentes no trecho ferroviário

ii. Terminais portuários

A companhia possui terminais portuários especializados, conforme abaixo:

Terminal	Localização	Término do prazo de concessão
Terminal de Tubarão, Praia Mole e Granéis Líquidos	Vitória – ES	2020
Terminal de Produtos Diversos	Vitória – ES	2020
Terminal de Vila Velha	Vila Velha – ES	2023
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – Pier I e III	São Luiz - Maranhão	2018
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – Pier II	São Luiz – Maranhão	2010 (a)
Terminal Marítimo Inácio Barbosa	Aracaju – SE	2012
Terminal de Exploração de Minério – Porto de Itaguaí	Itaguaí – RJ	2021
Terminal Marítimo da Ilha de Guaíba – TIG	Mangaratiba – RJ	2018

(a) Prorrogação do prazo de vigência por 36 meses até a realização de nova licitação pública.

e) Garantia concedida a coligadas

A Coligada Norte Energia adquiriu em 2012 uma linha de crédito junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco BTG Pactual com o objetivo de financiar seus investimentos em energia no montante potencial total de R\$22,5 bilhões. Sobre esta linha de crédito, a Vale, assim como os demais acionistas, se compromete em oferecer uma garantia corporativa sobre o valor sacado, limitado a sua participação de 9% na entidade.

Até 31 de dezembro de 2012, a Vale concedia garantia sobre o valor sacado no montante de R\$282 (US\$126).

Em 02 de janeiro de 2013 (Evento Subsequente) a Norte Energia obteve a liberação de mais uma parcela do seu empréstimo, acrescendo o valor garantido pela Vale em R\$188 para R\$470.

30 - Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

No curso normal das operações, a Vale contrai direito e obrigações com partes relacionadas (controladas, coligadas, controladas em conjunto e acionistas), oriundas de operações de venda e compra de produtos e serviços, arrendamento de ativos, comercialização de matéria-prima, assim como de serviços de transporte ferroviário, com preços pactuados entre as partes e também operações de mútuos.

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis podem ser identificados como segue:

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Ativo		Ativo		Ativo	
	Cientes	Partes relacionadas	Cientes	Partes relacionadas	Cientes	Partes relacionadas
Baovale Mineração S.A.	10	18	10	3	2	3
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	-	-	-	1	1
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	3	-	331	-	439	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	1	-	1	-	1	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	4	-	1	-	-	-
Mitsui Co.	44	-	-	-	-	-
MRS Logística S.A.	17	68	15	76	-	24
Norsk Hydro ASA	-	827	-	868	-	-
Samarco Mineração S.A.	68	369	75	13	88	13
Outros	126	335	104	98	194	167
Total	273	1.617	537	1.058	725	208
Circulante	273	786	537	154	725	160
Não Circulante	-	833	-	904	-	48
Total	273	1.619	537	1.058	725	208

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Passivo		Passivo		Passivo	
	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
Baovale Mineração S.A.	57	-	37	-	51	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	67	9	-	9	2
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	21	-	303	-	500	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	-	-	-	-	16	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	1	356	2	21	18	19
Minas da Serra Geral	16	-	16	-	16	-
MRS Logística S.A.	81	-	27	-	14	-
Norsk Hydro ASA	-	146	-	149	-	-
Mitsui & CO, LTD	93	-	69	-	101	-
Outros	23	-	48	44	159	17
Total	292	569	511	214	884	38
Circulante	292	423	511	43	884	35
Não Circulante	-	146	-	171	-	3
Total	292	569	511	214	884	38

Controladora				
Ativo				
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas
Baovale Mineração S.A.	10	18	10	3
Biopalma da Amazônia	-	692	-	349
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	3	-	329	-
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	1	-	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	4	-	1	-
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	1	-	3	-
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	5	23	6	36
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	5	186	18	555
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	148	-	139	80
MRS Logística S.A.	14	28	15	29
Salobo Metais S.A.	20	-	20	5
Samarco Mineração S.A.	68	369	75	13
Vale International S.A.	20.749	486	14.271	1.705
Vale Manganês S.A.	12	-	44	-
Vale Mina do Azul	87	-	-	47
Vale Operações Ferroviárias	111	-	135	11
Vale Potássio Nordeste	49	-	45	-
Outros	155	409	138	174
Total	21.442	2.211	15.249	3.007
Circulante	21.442	1.347	15.249	2.561
Não Circulante	-	864	-	446
Total	21.442	2.211	15.249	3.007

Controladora				
Passivo				
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
Baovale Mineração S.A.	57	-	37	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	-	9	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	21	-	303	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	1	21	2	21
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	256	-	58	-
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	11	-	19	-
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	244	-	44	-
MRS Logística S.A.	92	-	37	-
Salobo Metais S.A.	2	-	-	-
Mitsui & CO, LTD	93	-	69	-
Vale International S.A.	1	35.764	8	33.582
Vale Mina do Azul	-	-	152	-
Vale Operações Ferroviárias	22	-	-	-
Vale Potássio Nordeste	41	-	37	-
Outros	130	12	99	10
Total	971	35.797	874	33.613
Circulante	971	6.434	874	4.959
Não Circulante	-	29.363	-	28.654
Total	971	35.797	874	33.613

	Consolidado	
	Receita	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Baovale Mineração S.A.	-	3
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	472	1.193
Log-in S.A.	-	10
Mitsui & Co Ltd	-	-
MRS Logística S.A.	27	26
Samarco Mineração S.A.	725	806
Outras	280	390
Total	1.504	2.428

	Consolidado	
	Despesas /Custo	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Baovale Mineração S.A.	42	40
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	193	166
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	504	1.397
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	63	249
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	157	251
Log-in S.A.	9	-
Mineração Rio do Norte S.A.	-	29
Mitsui & Co Ttd	54	245
MRS Logística S.A.	1.368	1.262
Outras	80	28
Total	2.470	3.667

	Consolidado	
	Financeiro	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	27	(4)
Outras	(15)	(84)
Total	12	(88)

	Controladora	
	Receita	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	-	31
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	1
Baovale Mineração S.A.	-	3
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	455	1.163
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	97	195
Ferrovia Norte Sul S.A.	-	12
Vale Canada Limited	4	17
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	10	1
MRS Logística S.A.	22	21
Samarco Mineração S.A.	723	788
Vale Energia S.A.	-	13
Vale International S.A.	50.517	57.026
Vale Manganês S.A.	10	68
Vale Operações Ferroviárias	319	246
Vale Operações Portuárias	32	-
Vale Mina do Azul	45	21
Outras	341	36
Total	52.575	59.642

	Controladora	
	Despesas/Custo	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	28
Baovale Mineração S.A.	42	40
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO	150	166
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	504	1.397
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	63	249
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	157	251
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	402	296
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	92	-
Mitsui & Co Ltd	54	245
MRS Logística S.A.	1.353	1.254
Vale Energia S.A.	408	162
Vale Mina do Azul S.A.	21	119
Vale Colômbia Holdings	12	-
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	735	576
Outras	24	293
Total	4.017	5.076

	Controladora	
	Financeiro	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	5
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	27	(4)
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	(4)	1
Vale Canada Limited	3	31
Vale International S.A.	(1.177)	(988)
Sociedad Contractual Minera Tres Valles	3	4
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	-	(7)
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	5	-
Biopalma da Amazonia S.A.	92	47
Vale Overseas	-	25
Outras	1	13
Total	(1.050)	(873)

Adicionalmente, mantemos os empréstimos a pagar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social e BNDES Participações SA no montante de R\$ 8.073 e R\$ 1.685, respectivamente, cujos juros incorridos são baseados nas taxas de mercado, e com vencimento até 2029. As operações geraram despesas de juros de R\$ 86 e R\$ 29. Também mantemos os saldos de caixa e equivalentes de caixa com o Banco Bradesco SA, no valor de R\$ 68 em 31 de dezembro de 2012. O efeito dessas operações nos resultados do exercício foi de R\$ 1.

Remuneração do pessoal chave da administração:

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Benefícios de curto prazo:	68	84
- Salário ou pró-labore	21	19
- Benefícios direto e indireto	21	36
- Bônus	26	29
Benefícios de longo prazo:		
- Baseada em ações	21	22
Cessação do cargo	16	91
	105	197

31 - Evento Subsequente

Venda do sub-produto Ouro

Em 5 de fevereiro de 2013, a Vale assinou acordo com a Silver Wheaton Corp. ("SLW") para vender 25% dos fluxos de ouro pagável produzidos como subproduto da mina de cobre do Salobo durante a vida da mina e 70% dos fluxos de ouro pagável produzido como subproduto das minas de níquel de Sudbury Coleman, Copper Cliff, Creighton, Garson, Stobie, Totten e Victor por 20 anos.

A Vale receberá um pagamento inicial no valor de US\$1,9 bilhão (aproximadamente R\$3,8 bilhões), mais dez milhões de warrants da SLW com preço unitário de exercício de US\$65 e prazo de dez anos, cujo valor é estimado em US\$100 (aproximadamente R\$199). A quantia de US\$1,33 bilhão (aproximadamente R\$2,64 bilhões) será paga por 25% do ouro pagável produzido como subproduto do Salobo, enquanto US\$570 (aproximadamente R\$1.133) mais os dez milhões de warrants da SLW serão recebidos em troca de 70% do ouro pagável produzido como subproduto das minas de Sudbury.

Adicionalmente, a Vale receberá pagamentos em dinheiro no futuro por cada onça (oz) de ouro entregue a SLW conforme os termos do acordo. Os pagamentos serão iguais ao menor valor entre US\$ 400 por onça (mais um ajuste anual para a inflação de 1% a partir de 2016 no caso do Salobo) e o preço de mercado. E ainda, dependendo da sua decisão de expandir a capacidade de processamento do minério de cobre do Salobo para mais de 28 Mtpa antes de 2031, a Vale poderá receber um valor adicional está fixado de US\$67 (aproximadamente R\$133) a US\$400 (aproximadamente R\$795), dependendo do momento e do tamanho da expansão.

Não há comprometimento firme da Vale em relação às quantidades de ouro entregues – a SLW tem direito a um percentual do ouro produzido como subproduto do Salobo e Sudbury, e não a volumes específicos. Vale estará sujeita ao risco da variação do preço do ouro nas entregas à SLW somente no caso de o preço do metal precioso cair abaixo de US\$ 400/oz.